



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	3
Perfil Institucional	7
Desempenho da Agência	13
Interação com a Sociedade	45
Serviços de Telecomunicações	51
Série Histórica	73

MENSAGEM DO PRESIDENTE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Tenho a satisfação de oferecer às autoridades e à sociedade brasileira este **Relatório Anual**, que resume as principais ações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no exercício de 2008. Neste esforço de comunicação relatam-se não apenas os fatos mais importantes das atividades da Agência no período, como também a evolução e o estágio das telecomunicações brasileiras no final de 2008.

Gratifica-me, por isso, abrir à avaliação pública o desempenho da Agência e, a um só tempo, atender ao imperativo regulamentar de ampla divulgação do trabalho da instituição, como recomenda o preceito da transparência, uma das características marcantes da atuação da Anatel.

As atividades desenvolvidas pela Agência sinalizam, como se vê a partir do capítulo III, que também em 2008 a instituição cumpriu por inteiro suas atribuições e responsabilidades. Na verdade, em alguns momentos foi além das previsões no campo regulatório, como mostraram a elaboração e a implementação do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR) e a revisão do Plano Geral de Outorgas (PGO), duas iniciativas estratégicas com repercussões positivas para o setor de telecomunicações e para os usuários.

Com o PGR, a Anatel deu início a uma ousada proposta de atualizar, de modo contínuo, a regulamentação das telecomunicações brasileiras, com vistas a acelerar o desenvolvimento econômico e social, reduzir as desigualdades sociais, ampliar a oferta de serviços, incentivar modelos de negócios e a competição. Por essas, entre outras razões, a entrada em vigor do PGR despontou como marco divisor entre a Anatel reativa e a Anatel proativa. Além disso, de forma inédita, a Agência elaborou, discutiu com a sociedade e em tempo recorde pôs em vigor um planejamento regulatório estratégico de longo alcance. Com a revisão do Plano Geral de Outorgas, deu-se início à implementação desse planejamento.

Outro registro significativo no mesmo capítulo: teve sequência, em 2008, a elaboração do projeto Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações, iniciativa da Anatel desenvolvida com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD) que, mesmo em fase de construção, tem merecido menção em publicações de credibilidade internacional e despertado a atenção de muitos países. Outro sinal de que a Anatel vê as telecomunicações com vistas atentas, modernizadoras e, muitas vezes, na dianteira até dos países desenvolvidos.

Merece ênfase também o fato de que a Agência concluiu, com êxito, 26 regulamentos previstos para o exercício e deu curso a demandas que ultrapassaram, em muito, as previsões. Previu o licenciamento de 13,9 milhões de estações – o celular (terminal de serviço móvel pessoal) é considerado uma estação –, e encerrou o ano com o registro adicional de 29,8 milhões de licenças, ou 114% a mais que o projetado. Nada mais que outra agradável surpresa provocada pelo início da oferta de planos do Serviço Móvel Pessoal com a utilização da tecnologia 3G por todas as prestadoras, pela ampliação das localidades atendidas e pelo estímulo de campanhas promocionais, que estimula a opção pelo usuário do plano mais conveniente.

Ocupa-se este documento, em outra parte, em registrar os trabalhos de fiscalização, uma das três atribuições fundamentais da Anatel – as outras são as competências constitucionais para outorgar e regulamentar serviços de telecomunicações. Como se verá em detalhes nas páginas seguintes, em 2008 a Anatel desenvolveu ações fiscalizadoras em todas as unidades da Federação, num montante de 600 mil horas. Fiscalizou também pelo Sistema de Radiomonitoragem, pela Rede Nacional de Radiovideometria; e realizou

perto de quatro centenas de fiscalizações na área de certificação de produtos. Enfim, um trabalho amplo e eficaz, nem sempre percebido pela sociedade, retratado com detalhes nesta prestação de contas.

Os feitos mais marcantes da Anatel, em 2008, não se esgotam nessa síntese, como verá o leitor, que igualmente perceberá a relevância dos atos da Anatel, principalmente em benefício do usuário. É verdade que em alguns momentos a Agência se ressentiu do quadro diretivo incompleto e do quadro de pessoal insuficiente. Não obstante, e graças principalmente à abnegação de seus servidores, a Agência foi capaz de corresponder às suas atribuições.

Por essas razões, o leitor terá outras agradáveis surpresas na parte seguinte deste Relatório, dedicada a registrar os fatos mais expressivos dos serviços de telecomunicações. Refiro-me à extraordinária expansão da telefonia celular, aos efeitos dinamizadores do início da utilização da tecnologia 3G, do início da implementação da Portabilidade e da expansão dos serviços Multimídia, graças aos recursos da banda larga. Refiro-me também à troca dos Postos de Serviços de Telecomunicações (PSTs) urbanos por *backhauls* (inforvias em banda larga), por seu componente desenvolvimentista e modernizador.

Mais eficaz é o trabalho realizado com pés no presente e vistas no futuro, como bem expressa o PGR em todas as suas vertentes. Nesse propósito, todo o esforço regulatório da Agência seguirá direcionado para o melhor atendimento ao usuário e orientado por princípios regulatórios que permitam acelerar o desenvolvimento econômico e social; estimular a redução das desigualdades regionais; ampliar a oferta e o uso de serviços e das redes de telecomunicações em todo o território brasileiro; incentivar modelos de negócios sustentáveis para o setor de telecomunicações; propiciar competição e garantir a liberdade de escolha dos usuários; gerar oportunidades de desenvolvimento industrial e tecnológico, com a criação de empregos e aperfeiçoar e fortalecer o papel regulador do Estado.

Por fim, e justamente em reconhecimento pelos resultados exitosos no exercício de 2008, faço um registro mais que justo: as múltiplas e complexas tarefas que culminaram nos êxitos registrados neste documento só foram possíveis, como disse, graças à dedicação e ao aporte de conhecimento do quadro de servidores da Agência – dos que chegaram agora e daqueles que aqui estão desde 1997. Ao homenagear e ao agradecer essa equipe por tantas demonstrações de profissionalismo e de espírito público, também em nome deles ofereço esta prestação de contas à avaliação pública. E o faço com o sentimento de, juntos, estarmos outra vez cumprindo os objetivos que inspiraram a criação da Agência Nacional de Telecomunicações.

Brasília, 31 de dezembro de 2008
Ronaldo Mota Sardenberg,
Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações

PERFIL INSTITUCIONAL



PERFIL INSTITUCIONAL

Segunda agência reguladora criada no País, a Agência Nacional de Telecomunicações, prevista na Constituição, foi a primeira a ser instalada, em 5 de novembro de 1997. Concebida para viabilizar o atual modelo das telecomunicações brasileiras, organizar a exploração dos Serviços de Telecomunicações e para exercer as atribuições de outorgar, de regulamentar e de fiscalizar esse importante setor de infraestrutura, a Anatel foi dotada de inovadora personalidade institucional.

Conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), Lei nº 9.472/97, a Anatel é uma autarquia vinculada ao Ministério das Comunicações, mas administrativamente independente e financeiramente autônoma. Seu processo decisório caracteriza-se como última instância administrativa e suas decisões só podem ser contestadas judicialmente. A composição colegiada da direção superior da instituição favorece a transparência, a tomada de decisões por seus membros e evita personalismos.

Essas características institucionais conferiram à Anatel condições de liberdade, de agilidade, de autonomia e de dinamismo no cumprimento de suas atribuições, ao mesmo tempo em que lhe permitiram dar respostas rápidas a questões operacionais, estruturais e administrativas. Coube à Anatel preparar todos os regulamentos que balizaram a privatização das empresas estatais do Sistema Telebrás, ocorrida em julho de 1998, e desenvolver o esforço de regulação que preparou o País para receber os investimentos e a tecnologia que elevaram as telecomunicações brasileiras, nos anos recentes, a patamares comparáveis aos experimentados por países mais desenvolvidos.

Ao longo de seus onze anos de existência e como comprovam fatos e números desta prestação de contas à sociedade, desenvolveu a Agência, com a dedicação de seus servidores, amplo trabalho com foco em sua missão de:

“Promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional.”

Ao apoiar suas atividades nos princípios da universalização e da competição, dois dos pilares de sustentação do atual modelo brasileiro de telecomunicações, a Agência tem como objetivo finalístico corresponder às necessidades e aos direitos dos consumidores, em todos os estratos sociais, mesmo nos pontos mais isolados do território nacional. Afinal, é dever do Poder Público favorecer o desenvolvimento social e econômico, contexto em que as telecomunicações desempenham relevante papel como componente de infraestrutura.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conselho Diretor – Trata-se do órgão superior da Agência. Seus cinco membros, escolhidos pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal, formam o colegiado responsável pelas decisões da instituição, tomadas em sessões, em reuniões ou em circuitos deliberativos – este, um procedimento de coleta de votos independentemente de reunião ou de sessão, que dinamiza os trabalhos do Conselho. Aos conselheiros é proibido o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária, com exceção da de professor universitário, em tempo compatível. Não lhes é permitido também ter interesse significativo, direto ou indireto, em empresa relacionada com telecomunicações, bem como

representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência, até um ano após deixar o cargo.

Em 2008, o Conselho Diretor da Anatel teve a seguinte composição:

- Ronaldo Mota Sardenberg – presidente (desde 1º/7/2007);
- Plínio de Aguiar Júnior (desde 5/11/2004);
- Emília Maria Silva Ribeiro Curi (desde 10/9/2008);
- Pedro Jaime Ziller de Araújo (até 4/11/2008);
- Antônio Domingos Teixeira Bedran (desde 9/5/2007)

O presidente do Conselho Diretor acumula o cargo de presidente-executivo da Agência e conta, no exercício de suas atribuições, com uma equipe composta por um chefe de gabinete e várias assessorias especiais. Em 2008, esses órgãos foram ocupados pelos seguintes servidores:

Chefia de Gabinete

- Rodrigo Augusto Barbosa

Procuradoria

- Ana Luiza Vieira Valadares Ribeiro

Corregedoria

- Maury Caetano de Oliveira

Auditoria

- Maria Zulene Farias Timbó

Assessoria Internacional

- Jeferson Fued Nacif (desde 5/11/2008)
- Luiz Fernando Ferreira da Silva (até 1º/10/2008)

Assessoria Técnica

- Regina Maria de Felice Souza

Assessoria de Relações com os Usuários

- Rúbia Marize de Araújo

Assessoria Parlamentar e de Comunicação Social

- Jorge Luiz Stark Filho

Conselho Consultivo – Composto de doze membros designados pela Presidência da República, o Conselho Consultivo é o órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Anatel, ampliando o controle externo sobre a Agência. Os integrantes do Conselho são indicados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, por entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações e por entidades representativas dos usuários e da sociedade; cada conselheiro é indicado para cumprir mandato de três anos e não podem ser reconduzidos ao cargo.

Em 2008, esta foi a composição do Conselho Consultivo da Anatel:

- Luiz Fernando Concon Liñares – presidente (até 16/2/2008);
- Emília Maria Silva Ribeiro Curi – vice-presidente (até 16/2/2008 - mandato até 10/9/2008);
- Amadeu de Paula Castro Neto (desde 6/9/2007)
- Luiz Fernando Fauth (desde 27/10/2008);

- Wilson Vedana – presidente (desde 25/4/2008);
- Israel Fernando de Carvalho Bayma (desde 11/3/2008);
- Marcelo Bechara de Souza Hobaika – vice-presidente (desde 25/4/2008);
- Igor Vilas Boas de Freitas (até 27/10/2008);
- Átila Augusto Souto (desde 27/10/2008);
- José Zunga Alves de Lima (desde 11/3/2008);
- Flávia Lefèvre Guimarães (desde 17/2/2006);
- Walter José Faiad de Moura (desde 5/5/2008);
- Ricardo Lopes Sanches (desde 11/3/2008);
- Luiz Francisco Tenório Perrone (desde 27/10/2008).

Ouvidoria – A Ouvidoria tem como principal atribuição a elaboração de documentos de apreciação técnica sobre a atuação da Agência, aportando sugestões e comentários vindos de dentro e de fora da instituição, com vistas à melhoria de seu funcionamento. Em síntese, cabe ao ouvidor produzir apreciações críticas sobre a atuação da Agência, encaminhando-as para o Conselho Diretor, o Conselho Consultivo, o Ministério das Comunicações, a outros órgãos do Executivo e ao Congresso Nacional, além de publicá-las no Diário Oficial da União. O ouvidor é um servidor independente, sem subordinação hierárquica, nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos. Em 2008, o posto foi ocupado por:

- Aristóteles dos Santos (até 10/6/2008)
- Nilberto Diniz Miranda (desde 2/7/2008)

Superintendências – A Anatel conta com seis superintendências, entre as quais se dividem as diversas atribuições da Agência. Cabe à superintendente-executiva orientar e coordenar o alinhamento das ações e das atividades desenvolvidas por aquelas seis áreas para o atendimento aos objetivos e à missão da Anatel. Em 2008, os seguintes servidores estiveram à frente das superintendências.

Superintendente-executiva

- Simone Henriqueta Cossetin Scholze

Superintendência de Serviços Públicos

- Gilberto Alves

Superintendência de Serviços Privados

- Jarbas José Valente

Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

- Ara Apkar Minassian

Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização

- Edilson Ribeiro dos Santos

Superintendência de Administração-Geral

- Marcelo Andrade Pimenta

Superintendência de Universalização

- Enilce Nara Versiani

A estrutura da Anatel é composta ainda por 27 unidades descentralizadas, uma em cada capital brasileira e no Distrito Federal. São os escritórios regionais e as unidades operacionais que realizam as atividades de fiscalização e são responsáveis pelo contato mais próximo da Agência com a sociedade, em todo o País. Nas próximas páginas são apresentadas as principais realizações da Agência Nacional de Telecomunicações ao longo do exercício 2008.

ANATEL NOS ESTADOS



DESEMPENHO DA AGÊNCIA



DESEMPENHO DA AGÊNCIA

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As telecomunicações brasileiras constituem hoje um dos mais dinâmicos e fundamentais setores da economia nacional. Dentro dela, a Economia da Informação soma, a cada ano, peso maior na composição do Produto Interno Bruto brasileiro. Os benefícios tecnológicos, econômicos e sociais proporcionados pelo atual modelo contribuem de modo inegável para o desenvolvimento nacional.

Evidências concretas indicam que a Anatel tem cumprido com eficácia as atribuições constitucionais e legais a ela conferidas. Graças ao marco regulatório que a Agência construiu, nos dez anos de sua existência, o País não apenas viu a universalização dos serviços de telecomunicações tornar-se realidade, mas também conquistou a confiança de investidores para o setor de telecomunicações. De julho de 1998 até o final de 2008, os investimentos diretos e os valores pagos por licenças pela iniciativa privada nos segmentos de telefonia fixa e móvel, de serviços via satélite e multimídia, somaram R\$ 196,4 bilhões. Um salto gigantesco, quando se considera que nos 25 anos anteriores o setor havia recebido R\$ 33,1 bilhões de investimentos diretos.

Os resultados proporcionados pelos aportes de capitais nacionais e estrangeiros ao setor de telecomunicações têm amplo alcance. Os ganhos sociais dão bem a medida da eficácia regulatória que deu voz e tirou milhões de brasileiros do isolamento. No momento em que começou a vigorar o atual modelo brasileiro das telecomunicações, pouco mais de 22 mil localidades contavam com telefonia fixa coletiva ou individual em todo o País. No final de 2008, as localidades atendidas somavam 36,9 mil e, dos 189,6 milhões de habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 158,5 milhões tinham disponíveis acessos coletivos ou individuais, ou ambos.

Nos dez anos de existência da Anatel, a credibilidade regulamentar aliada à estabilidade política e ao crescimento econômico, contribuíram para que a infraestrutura brasileira de telecomunicações ocupasse a 7ª posição no ranking mundial da telefonia fixa e a 5ª posição no segmento da telefonia móvel. A telefonia fixa está disponível em todos os 5.564 municípios brasileiros. Ao final de 2008 a planta de telefonia fixa somava mais de 41 milhões de acessos; a planta de telefonia de uso público (orelhões) era de 1,1 milhão de terminais; a planta de telefonia móvel superava os 150 milhões de acessos.

O avanço da banda larga evolui a passos seguros. No final do exercício de 2008, o Serviço de Comunicação Multimídia somava 11,4 milhões de acessos em banda larga, resultado que confirma a tendência de crescimento do segmento. Em 2001, quando esse serviço foi criado pela Anatel, o número de acessos era de 360 mil. Embora as operadoras de telecomunicações mais expressivas detenham a maior parte do mercado do Serviço de Comunicação Multimídia, está cada vez mais clara a tendência de desconcentração operacional.

Os resultados da disseminação do recurso de banda larga proporcionados pelos serviços multimídia foram confirmados recentemente. O número de usuários de internet pela banda larga cresceu 53% entre abril de 2006 e abril de 2008, o maior aumento entre os dez países monitorados pela pesquisa Ibope/NetRatings. Mostrou também a pesquisa que o Brasil continua com o maior consumo individual de internet domiciliar, tanto em tempo de navegação quanto em média de páginas por pessoa.

Considerando esse cenário, verificou-se que, após 10 anos de atuação da Anatel, é necessário realizar uma reflexão a respeito dos rumos que o setor de telecomunicações deve tomar, tendo como base a LGT, as diretrizes do Ministério das Comunicações, bem como outros documentos normativos que disciplinam a regulamentação das telecomunicações no Brasil ao atual contexto do setor.

A compreensão do papel das telecomunicações como instrumento de aceleração do desenvolvimento econômico e social, trazendo sustentabilidade e melhor qualidade de vida ao cidadão, orienta a elaboração dos regulamentos pela Anatel, com ênfase nos aspectos que levam ao aumento da competitividade do País, à criação de empregos e à defesa dos direitos do cidadão a educação, saúde e segurança.

O Brasil dispõe atualmente de infraestrutura de telecomunicações de abrangência, capilaridade e capacidade suficientes para permitir a ampliação do uso dos serviços e das redes e, com isso, a máxima apropriação de benefícios e ganhos por parte da sociedade. Essa ampliação deve ser realizada de modo a reduzir as discrepâncias territoriais e sociais e permitir que o cidadão brasileiro possa acessar e usar as telecomunicações em qualquer lugar e a qualquer hora, de preferência com qualquer dispositivo apto a atender suas necessidades específicas.

Estímulos também devem ser gerados a partir de vários setores para que sejam mitigadas as barreiras ao acesso e ao uso das telecomunicações, em especial aquelas referentes à redução dos custos causados por tributos e por outras formas de ônus incidentes na prestação dos serviços de telecomunicações, em toda a sua cadeia produtiva.

É necessário incentivar modelos de negócios sustentáveis para o setor de telecomunicações, por meio de planos de negócio exequíveis, garantir benefícios para a coletividade e possuir atratividade para o empreendedor por todo o período de maturação de um projeto de infraestrutura.

Propiciar competição e garantir a liberdade de escolha dos usuários é também um dos pilares para o fortalecimento do setor de telecomunicações, que deve se sustentar no exercício das atividades econômicas no regime privado em harmonia com o regime público e propiciar condições à prática da mínima intervenção, podendo as atividades da agência reguladora se concentrarem na criação e na manutenção da ordem econômica e na defesa dos interesses dos usuários consumidores de telecomunicações.

A abertura do mercado de telecomunicações à competição permitiu que o Estado, ao se retirar da prestação direta de atividades econômicas, se concentrasse nas funções de agente regulador e zelasse pelo bom funcionamento do mercado, protegendo os interesses dos usuários de serviços de telecomunicações. A atuação da Anatel na disciplina das relações econômicas no setor de telecomunicações e na defesa da livre concorrência tem permitido a ampliação da liberdade de escolha dos usuários. Nesse sentido, o conceito difundido internacionalmente de identificação de mercados relevantes e entidades com poder de mercado significativo pode ser bem aproveitado no exercício das políticas públicas que visam a melhor atender os anseios da sociedade.

O crescimento de vários segmentos de telecomunicações, com ênfase na banda larga, requer cada vez mais o aumento de velocidade para transmissão de sinais de vídeo, áudio, dados, entre outros, inclusive com mobilidade, e

exige o surgimento de novos atores capazes de gerar inovação. A capacidade inovadora é um dos fatores fundamentais para a criação de empregos e trabalho, além de exigir participação significativa do Estado na sua promoção e fomento.

Outro aspecto relevante diz respeito às atividades associadas ao desenvolvimento industrial e tecnológico do segmento de telecomunicações, de modo a estimular a capacitação nacional, gerar produtos adequados à sociedade brasileira, tornar o Brasil menos permeável às interferências externas e conferir-lhe maior poder de negociação na implantação da infraestrutura de telecomunicações.

A reorientação das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na área de sistemas e processos leva à criação de espaços de inovação que atendem aos interesses do País e propiciam, por exemplo, estudos que permitam melhor conhecer a qualidade percebida pelos cidadãos e direcionar esforços e investimentos na construção da infraestrutura das redes de telecomunicações.

Num dos setores mais dinâmicos da sociedade, novas formas de pensar e agir se mostram relevantes e necessárias para que o Estado possa cumprir seu dever em matéria de telecomunicações. Neste sentido, de forma a servir de base para a ação do Estado, políticas públicas que garantam independência administrativa, financeira e de recursos humanos que dão substrato à atuação da Agência devem ser consideradas no desenho de uma nova perspectiva para as telecomunicações, para que efetivamente contribuam para o desenvolvimento e o crescimento econômico com justiça social.

Responsável pela regulação, outorga e fiscalização, a Agência deve cumprir sua missão de harmonizar os interesses envolvidos. Deve estar atenta às profundas transformações por que passa o setor, para garantir seu desenvolvimento consoante aos interesses do País, a partir do reconhecimento de que as telecomunicações, além de setor independente de atividade econômica, é meio fundamental para o desenvolvimento das demais atividades na economia contemporânea.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A Anatel desenvolveu, ao longo de 2008, linha de atuação que, a um só tempo, visou sustentar a harmonia de interesses entre os diversos elos da cadeia de valor das telecomunicações e a observância das políticas públicas definidas pelo Governo, além de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares.

Registra-se que, no exercício, a Agência se ressentiu do quadro diretivo superior incompleto e do quadro de pessoal insuficiente. Não obstante, foi a Agência capaz de dar curso a ações estratégicas de longo alcance, com fortes e positivas repercussões no setor de telecomunicações no curto, médio e

longo prazos. Nesse esforço, merecem registro destacado a aprovação do Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, publicado em 30 de outubro de 2008, e do Plano Geral de Outorgas do Serviço de Telecomunicações, oficializado em 20 de novembro de 2008.

Processos iniciados no final de 2007, os estudos que culminaram naqueles dois planos visaram, como de fato ocorreu, a atualização do marco regulatório setorial e proposição de novos objetivos setoriais, além da avaliação e adequação dos instrumentos regulatórios. Nesse esforço, foram consideradas as mudanças tecnológicas, as alterações na oferta dos serviços e do comportamento dos usuários, em avaliações que também levaram em conta as experiências e tendências internacionais. Ademais, e tendo em vista a efetividade daquelas propostas, seus objetivos foram balizados pela estrita observância do interesse público e buscaram maximizar os possíveis benefícios a serem auferidos pelos usuários e pela sociedade em geral, em ambiente competitivo proporcionado principalmente pela evolução tecnológica, sobretudo em plataformas convergentes de serviços.

Em síntese, as alterações estratégicas do arcabouço regulatório, efetuadas no exercício de 2008, alinharam-se aos preceitos da Lei Geral das Telecomunicações e às políticas governamentais. Em ambos os casos, como sempre ocorre em ações da Anatel de amplo interesse da sociedade, as propostas do PGR e de revisão do PGO permaneceram em consulta pública por 45 dias, período em que receberam farta contribuição da sociedade, rica em críticas e sugestões. As propostas foram também objeto de cinco audiências públicas, realizadas nas cidades de Brasília, São Paulo, Belém, Recife e Porto Alegre, que reuniram 429 participantes.

PGR – Planejamento de longo alcance, o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil mostra como a Agência pretende se comportar, em termos regulatórios, ao longo dos próximos dez anos. Com a iniciativa, a Anatel reforça a solidez e a modernidade dos caminhos regulatórios de modo transparente, a fim de sustentar a credibilidade que garante a atração de capitais e de tecnologias. Tal como necessita nosso País em tempo de crise financeira externa; tal como anseia o mercado, em termos de previsibilidade e de estabilidade da regulação.

Entre outros aspectos altamente positivos, a aprovação do PGR caracterizou ação proativa da Agência. A Anatel elaborou, discutiu com a sociedade e começou a implementar um planejamento estratégico regulatório. E deu esse importante e decisivo passo com o novo Plano Geral de Outorgas, posto em vigor por decreto presidencial.

Válido ressaltar que o PGR tem como lastro princípios regulatórios selecionados pela relevância, em sintonia com as políticas públicas definidas pelo Governo para o setor de telecomunicações. Em resumo, um conjunto de princípios que se apóia no conceito segundo o qual as telecomunicações constituem causa e não consequência do desenvolvimento de qualquer país.

Com esse Plano, pretende a Anatel atualizar a regulamentação das telecomunicações de modo contínuo, apoiada nestes principais fundamentos:

- aceleração do desenvolvimento econômico e social e redução das desigualdades regionais;
- ampliação da oferta e do uso de serviços e das redes de telecomunicações em todo o território brasileiro;
- incentivo aos modelos de negócios sustentáveis para o setor;
- incentivo à competição e garantia da liberdade de escolha dos usuários;
- geração de oportunidades de desenvolvimento industrial e tecnológico, com criação de empregos no setor; e
- otimização e fortalecimento do papel regulador do Estado.

Entre as 23 metas de curto prazo, a serem cumpridas em até dois anos, a Anatel se propõe a:

- estudar as questões relacionadas com a qualidade e que melhor reflitam o que é importante para o consumidor;
- promover a revisão dos atuais contratos de concessão da telefonia fixa, além de elaborar um Plano Geral de Metas de Competição (PGMC);
- implementar o modelo de custos; e
- construir as regras de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de promover a modernização administrativa e funcional da Agência Nacional de Telecomunicações.

Nesse curto tempo de dois anos, a Agência pretende também regulamentar a desagregação de elementos de redes de telecomunicações e levar avante os estudos que indicarão ou não a tempestividade de regras sobre separação funcional, separação empresarial e separação estrutural das operadoras. No médio prazo – significa dizer no tempo de até cinco anos –, tem a Agência o propósito de revisar e atualizar diversos regulamentos, como o do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço de Comunicação Multimídia e do uso de radiofrequências. Isso, além dos estudos e avaliações de critérios e limites aplicáveis às áreas locais do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

No longo prazo – até dez anos, portanto –, a Anatel tem entre seus objetivos avaliar a adoção de medidas que permitam a migração gradual das formas tradicionais de outorgas, baseadas em serviços e tecnologias, para modelos abrangentes, simplificados e flexíveis, aderentes ao moderno cenário de convergência. Nesse tempo, a Agência também avaliará a ampliação do modelo de portabilidade nos casos da convergência de serviços, assim como se empenhará na revisão dos regulamentos da TV por Assinatura, do Fust e do Fistel. Em até dez anos, pretende a Agência estudar as questões relacionadas ao aproveitamento do espectro atualmente utilizado para transmissões de TV analógica, após a total migração para a TV digital.

PGO – O Plano Geral de Outorgas trouxe importantes atualizações no tocante à organização empresarial das concessionárias e da base geográfica de suas atuações. Uma das principais alterações consistiu na remoção de impedimentos de transferência de controle ou de concessão que envolva concessionárias atuantes em áreas distintas do PGO. Conforme apontaram os estudos técnicos, tais óbices não mais contribuía para a consecução dos objetivos originais da reforma setorial e, menos ainda, para a realização dos novos objetivos regulatórios previstos no PGR. Significa dizer que a revisão do PGO, além de oportuna, foi uma iniciativa corajosa, que teve a capacidade de derrubar mitos e fazer surgir uma visão atualizada da regulação.

De modo sucinto, é lícito afirmar que as alterações das regras de controle de concessionárias atuantes em regiões distintas do PGO visaram propiciar condições para o aumento da eficiência empresarial na exploração dos serviços de telecomunicações. Esse novo contexto abriu horizontes para novas metas, compromissos e obrigações que coincidam com os anseios da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que eliminou as dificuldades que impediam melhorias empresariais. Vêm dessa modernização as novas regras e condições de movimentação societária que permitem agora, entre outras, as possibilidades de ampliar a capacidade setorial, de massificar o acesso e o uso dos serviços, além de aumentar a abrangência, a competitividade e a capilaridade de novos prestadores, dos serviços e de redes.

Com esse propósito, ao revisar o PGO a Anatel sustentou sempre a preocupação central de preservar a competição, vendo-a não como um fim em si mesma, mas como meio para se alcançar um fim que se relaciona, em sentido amplo, com os interesses do consumidor. Daí os amplos estudos produzidos pelo corpo técnico da Agência terem buscado que as novas regras propiciassem a presença de pelo menos três grandes concorrentes no mercado, além da existência de pequenas e médias empresas com atuação em nichos próprios. Uma preocupação relevante, em cenário com sinais da tendência de movimentos de concentração empresarial na América Latina e no mundo.

Outro registro necessário e destacado desde o princípio do processo, é que a revisão do PGO, com vistas à sua modernização regulamentar, não refletiu medida pontual. Constituiu, isto sim, uma iniciativa de validade geral, erga omnes. Visto o assunto pela vertente jurídica, a revisão do Plano Geral de Outorgas teve início por iniciativa do formulador da política pública para o setor, o Ministério das Comunicações, que formalmente requisitou à Anatel a apresentação de uma proposta de novo texto para o PGO. Uma demanda prontamente atendida pela Agência, mas não sem antes realizar extensa e rigorosa análise técnica. Outra clara evidência de que a Anatel conduz suas ações no quadro das políticas públicas e atua alinhada com o Ministério das Comunicações.

Infraestrutura crítica – Tiveram sequência, no exercício, os trabalhos que dão curso ao projeto Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações, iniciado em janeiro de 2007 e desenvolvido com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento sob a coordenação da Anatel. Seu objetivo é formular estratégias, normas e regulamentos para a segurança das telecomunicações. Na Anatel, o acompanhamento desse projeto é feito por um Grupo de

Trabalho interno, coordenado pela Assessoria Técnica, com a participação de representantes de todas as superintendências da Agência.

Em 2008, foram concluídas as etapas de ‘Revisão da Metodologia para Identificação de Infraestrutura Crítica (MI2C)’ e de ‘Aplicação e Validação da MI2C’. Foram iniciadas as etapas de ‘Desenvolvimento de Protótipo do Sistema para Proteção de Infraestrutura Crítica’ (SisPIC) e de ‘Revisão da Metodologia para Identificação e Análise de Ameaças’ (MidA2). No exercício de 2007 já haviam sido concluídas as etapas ‘Infraestrutura Crítica de Telecomunicações – Pan 2007’, Contextualização e Estratégia para a Proteção de Infraestrutura Crítica de Telecomunicações’ e de ‘Revisão da Metodologia para Identificação de Infraestruturas Críticas e sua Aplicação no Contexto Brasil’.

Por sua relevância, o projeto tem sido citado em periódicos especializados, como o ‘International CIIP Handbook 2008/2009’ e o ‘European CIIP Newsletter’, e é acompanhado com grande interesse por vários países. Além disso, a experiência nacional alcançada a partir do projeto ‘Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações’ já resultou em contribuições enviadas à Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel). Em 2008, por proposta do Governo brasileiro, foi criado nessa Comissão um caderno técnico sobre ‘Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações’, coordenado pelo Brasil.

REGULAMENTAÇÃO

Entre as atribuições essenciais da Anatel está a de regulamentar – as outras são outorgar e fiscalizar. Regulamentar faz parte, portanto, dos instrumentos vitais conferidos pela Lei Geral de Telecomunicações à Agência, para dar-lhe condições de viabilizar o atual modelo brasileiro de telecomunicações. Como ocorre desde os primeiros momentos em que a Anatel começou a construir o arcabouço regulatório das telecomunicações brasileiras, também no exercício de 2008 a Agência manteve fidelidade ao princípio que manda tomar como referência, em seus atos regulatórios, a melhoria da qualidade dos serviços e o incentivo ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. Por outra vertente, os atos da Agência levaram na devida conta os princípios da universalização, que têm dado curso às políticas públicas de levar os benefícios das telecomunicações a populações isoladas, formadas por estratos mais pobres da sociedade brasileira.

A Agência concluiu, em 2008, a elaboração e publicação de 26 regulamentos, voltados para as telefonias fixa e móvel, comunicação de massa, universalização dos serviços de telecomunicações, certificação e homologação dos produtos de comunicação e administração do espectro. No segmento da telefonia fixa, entraram em vigor:

- o Regulamento de Conselho de Usuários do STFC;
- as alterações no Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC;

- a Norma de Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência “X”;
- o Plano Geral de Outorgas de Serviços de Telecomunicações Prestados no Regime Público.

No segmento dos Serviços Privados, entraram em vigor:

- Resolução nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, que aprovou a alteração do art. 118 do Anexo à Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, que trata do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e acrescenta ao Anexo o art. 119. Esta alteração garante a necessidade de que a implementação das centrais de intermediação, no âmbito do SMP, prevista no art. 10, XVIII do Anexo à Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, esteja de acordo com os parâmetros mínimos da regulamentação específica editada sobre as centrais de intermediação;
- Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, que trata do prazo para apresentação do Apêndice B do Anexo I do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) por prestadoras do SMP que integrem grupo detentor de Poder de Mercado Significativo na interconexão em rede móvel ou que façam parte de grupo que contenha concessionária do STFC. O prazo permite o recebimento de dados detalhados e acurados, relativos à oferta de serviços móveis nas faixas de radiofrequência objeto das Licitações nº 1/2007/SPV-ANATEL e nº 2/2007/SPV-ANATEL, contribuindo significativamente para o aumento da precisão das informações;
- Resolução nº 516, de 30 de outubro de 2008, que aprovou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações. Esse plano resultou de estudo realizado pela Agência que, para sua elaboração, debruçou-se na análise da evolução histórica do setor de telecomunicações, no tocante ao marco regulatório, nos serviços, indústrias e investimentos, passando pelo levantamento da situação atual do setor no Brasil e em outros países similares. O Plano estabelece princípios regulatórios, objetivos, propósitos estratégicos e relações de curto, médio e longo prazos, que nortearão a atuação da Agência nos próximos anos, como se vê com mais detalhes na abertura do capítulo I deste Relatório;
- Resolução nº 518, de 21 de novembro de 2008, que aprovou alteração no Regulamento do Serviço Móvel Especializado (SME). Trata-se de alteração administrativa, remetendo ao Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado (PGA-SME) a definição dos limites de espectro para a outorga de uso de radiofrequências a uma mesma Autorizada de SME, suas coligadas, controladas ou controladoras, em uma mesma área geográfica;
- Resolução nº 519, de 21 de novembro de 2008, que aprovou alteração no Plano Geral de Autorizações do SME. A alteração introduz alterações no modelo de prestação do SME, com o objetivo de redefinir um novo limite para outorga de autorizações de uso de canais

de radiofrequências ou faixas de espectro para autorizada de SME, suas coligadas, controladas ou controladoras em uma mesma área geográfica, tornando o Plano aderente às necessidades do mercado e à melhoria do serviço;

- conforme previsto no PGR, nas ações de curto prazo, foram iniciados os estudos para a revisão: do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia; da minuta do Regulamento do Serviço de Comunicação Restrita (SCR), com a incorporação de diversos serviços de interesse restrito, como Serviço de Rádio Táxi e Limitado Privado; bem como do Regulamento do Serviço Móvel Marítimo e Serviço Móvel Aeronáutico.

- ainda no segmento de Serviços Privados, em 2008 foi elaborada a minuta de Regulamento de Serviços Científicos que contemplam os Serviços de Meteorologia por Satélite e Exploração da Terra por Satélite.

No segmento dos Serviços de Comunicação de Massa, em 2008 foi publicada:

- a alteração do Regulamento Técnico para Prestação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média e em Onda Tropical (faixa de 120 m).

No segmento da Universalização, foram publicados, em 2008:

- o Regulamento da Central de Intermediação de Comunicação (CIC);
- o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que definiu a substituição dos Postos de Serviços de Telecomunicações urbanos por *backhauled* (infovias em banda larga).

No âmbito da Certificação e Homologação, foram publicados:

- a Norma para Certificação e Homologação de Transmissores e Retransmissores para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre;
- a Norma para Certificação e Homologação de Transmissores e Transceptores Digitais para o Serviço Fixo em Aplicações Ponto-Multiponto nas Faixas de Frequências acima de 1 Ghz;
- a Norma para Certificação e Homologação da Interface Analógica de Adaptadores para Terminal de Assinante.

No âmbito da Gestão do Espectro foram publicados dez atos:

- Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz;
- Resolução que destina faixas de radiofrequências para fins exclusivamente militares;
- Resolução que destina a faixa de radiofrequências de 143,60 MHz a 143,65 MHz ao Serviço Limitado Privado;
- Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso na faixa de Radiofrequências de 217 MHz a 218 MHz;

- Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita;
- Regulamento Sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 6.430 MHz a 7.110 MHz;
- Resolução que destina as faixas de frequências de 1710 a 1755 MHz, 1775 a 1785 MHz, 1805 a 1850 MHz e 1870 a 1880 MHz para implantação de sistemas de telecomunicações móveis terrestres e as faixas de frequências de 1885 a 1900 MHz, 1950 a 1980 MHz e 2140 a 2170 MHz, para a implantação de sistemas de telecomunicações móveis que sigam as especificações IMT-2000 da UIT;
- Resolução que destinou a faixa de radiofrequências de 2.400 MHz a 2.483,5 MHz para uso, em caráter secundário, por sistemas do Serviço Limitado Privado;
- Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 5 GHz; e
- Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 4,9 GHz.

OUTORGAS

Outra atribuição essencial da Anatel é a de outorgar. Realizada por meio de atos administrativos, as outorgas delegam concessão, autorização ou permissão para a exploração de serviço de telecomunicações, como prescreve a Lei Geral de Telecomunicações também como dispõe a LGT, as outorgas podem ser expedidas mediante procedimento licitatório ou por inexigibilidade de licitação.

Em 2008, no âmbito da prestação de serviços no regime privado foram expedidas 12.273 autorizações tanto de interesse coletivo como restrito. Desse total e considerando as autorizações expedidas por licitação a Agência arrecadou: R\$ 232.524,14 pela expedição de direito de exploração de satélite brasileiro; R\$ 128.758,34 pela outorga de autorização de uso de radiofrequência associada ao SMP e R\$ 3.057.798.428,30 pelas faixas de radiofrequência de 3ª geração de serviço móvel.

Adiciona-se ainda o total arrecadado de R\$ 9.801.329,06 referente ao chamamento público do Serviço de Radiotáxi, assim como as parcelas de licitação de uso das faixas de radiofrequência de 3,5Ghz e 10,5 Ghz relativo ao processo licitatório realizado no ano de 2003.

Também oriundos das autorizações de serviços privados somam-se os totais de R\$ 2.909.678,00 e R\$ 12.599.510,00 referentes ao Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e Pelo Direito de Exploração de Satélite (PPDESS) e pelo Preço Público pelo Direito de uso de Radiofrequências (PPDUR).

Para o exercício de 2008, estava previsto o licenciamento de 13,9 milhões de estações (o telefone celular é considerado uma estação), mas esse volume alcançou 29,8 milhões, ultrapassando em 114,2% a previsão. Esse crescimento significativo das estações licenciadas, de 114,2%, é atribuído à ampliação das localidades atendidas, às fortes campanhas promocionais e ao início da oferta de planos do Serviço Móvel Pessoal com a utilização da tecnologia 3G por todas as prestadoras, à entrada das operadoras OI, em São Paulo, da Vivo na região nordeste e da Claro na região norte. Em 2008 foram outorgadas quatro subfaixas do IMT 2000, que permitiu a disseminação do 3G. Em menor escala, contribuíram para esse desempenho as estações licenciadas nos serviços de Radioamador, de Rádio Cidadão, nas diversas modalidades do Serviço Limitado, nos serviços Móvel Marítimo e Aeronáutico.

Em 2008, foram emitidas 57 outorgas de serviço e de radiofrequências associadas no âmbito da comunicação móvel. Os segmentos que mais registram obtenção de outorgas foram Rádio do Cidadão, Radioamador e Serviço Limitado Privado. O número de estações Radiobase licenciadas em todo o País evoluiu de 36,2 mil, em 2007, para 42,2 mil no final de 2008.

Foi concluída, no exercício, a instrução dos processos referentes à prorrogação do direito de uso das radiofrequências associadas ao serviço MMDS para 11 autorizações, cujos prazos de utilização expiram em fevereiro de 2009, e ao reconhecimento da renovação do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA).

No âmbito dos serviços públicos, foi previsto para 2008 o licenciamento de cinco mil estações, mas foram licenciadas 23,5 mil. A superação significativa da meta ocorreu em razão da expansão dos negócios da prestadora TIM, que iniciou a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) utilizando sua plataforma de Serviço Móvel Pessoal.

GESTÃO ECONÔMICA

A gestão econômica da prestação dos serviços de telecomunicações, outra atividade relevante da Agência, tem como finalidade criar condições para a viabilidade econômica dessa prestação, garantir a continuidade dos serviços prestados em regime público e realizar o acompanhamento da situação econômico-financeira das operadoras, buscando criar e manter um ambiente livre, justo e amplo de competição. Além disso, ocupa-se em acompanhar o desempenho dos serviços de telecomunicações e os benefícios transferidos para os usuários, tarefa executada pela análise do ambiente econômico e da

defesa da competição da exploração dos serviços, bem como do gerenciamento de tarifas e preços.

Trabalho relevante desenvolvido pela Anatel, embora pouco conhecido da sociedade, a gestão econômica mantém-se atenta a todas as atividades e à saúde econômico-financeira das prestadoras, a fim de identificar e agir contra os riscos à continuidade dos serviços. Ocupa-se, em análise permanente, dos aspectos da competição e na identificação, recepção e tratamento de representações por infração à ordem econômica, além de sustentar relacionamento permanente com o Conselho de Administração da Defesa Econômica (Cade). Até 2008, haviam sido enviados pela Anatel ao Cade 155 processos de defesa da concorrência, sendo 133 atos de concentração e 22 processos de apuração de infração à ordem econômica. Ao final do exercício, cerca de 35 processos – dos dois tipos – estavam em instrução na Anatel para posterior envio ao Conselho. A gestão econômica tem também entre suas finalidades a elaboração de pesquisas, de estudos e de análises do setor de telecomunicações, com o objetivo de avaliar sua estrutura e dinâmica, entre outras preocupações relevantes para o próprio setor e para a sociedade.

Foram publicados, em 2008, 67 atos relacionados com a gestão econômica da prestação de serviços de telecomunicações, volume que representa a realização de 91,8% da meta. Destes, 36 no âmbito dos serviços públicos, com destaque para os seguintes: Ato nº 2.102, de 11 de abril de 2008, que anuiu a transferência do controle societário da Alpha Nobilis, Ato nº 4.603, de 5 de agosto de 2008, que anuiu a operação de aquisição da Intelig pela Docas, Ato nº 7.480, de 3 de dezembro de 2008, que aprovou a reestruturação societária da Transit e Ato nº 7.828, de 19 de dezembro de 2008, que anuiu previamente a aquisição da Brasil Telecom por parte da Telemar.

Relativamente aos serviços privados, foram publicados 31 atos. Entre eles, merecem registro: Ato nº 1229, de 4 de março de 2008 (Intelig), Ato nº 1.381, de 14 de maio de 2008 (Vivo S.A), Ato nº 2.052, de 4 de julho de 2008 (Vivo S.A), Ato nº 7.556, de 5 de dezembro de 2008 (Brasil Telecom-Claro S/A-Americel), Ato nº 5.118, de 10 de dezembro de 2008 (Vivo Participações S/A).

FISCALIZAÇÃO

Fiscalizar é também atribuição fundamental da Anatel. Nesse esforço, a área afere dados e informações, assim como controla o cumprimento das obrigações legais, regulamentares e contratuais assumidas pelos detentores dos diversos tipos de outorgas.

Em 2008, a Anatel, atuou em todas as unidades da Federação, em missões que fiscalizaram 19,4 mil entidades, exigiram 621,4 mil horas/homem, que correspondem a 258,3 mil ações de fiscalização. Este quantitativo ultrapassou em 29,6% a previsão e, do total de horas utilizadas diretamente em ações

fiscalizadoras, 523,4 mil (87%) foram utilizadas em serviços de interesse coletivo; destas, 342,5 mil (65%) utilizadas em atividades com impacto direto para o cidadão.

Quanto à fiscalização de serviços, as ações mais expressivas realizadas no ano de 2008 são descritas a seguir:

Regulamento do SMP – Em fevereiro de 2008, assim que entrou em vigor o novo Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, os escritórios regionais e as unidades operacionais iniciaram a fiscalização de todas as operadoras desse serviço, que mostraram dificuldades no cumprimento das novas obrigações regulamentares.

O acompanhamento do cumprimento do novo regulamento, pelas operadoras, teve continuidade no segundo semestre de 2008, com a realização de fiscalizações com abrangência sobre os demais aspectos regulamentares. A conclusão dessa campanha de fiscalização está prevista para janeiro de 2009.

Portabilidade – A entrada em vigor da portabilidade numérica, de modo progressivo, motivou fiscalizações na medida em que cada área de numeração fosse contemplada pela implementação daquela facilidade. Das 67 áreas de numeração existentes, 30 já usufruíam a prerrogativa da portabilidade numérica, no final do exercício. As fiscalizações de verificação do cumprimento da portabilidade continuarão até março de 2009, quando estará concluído o cronograma de ativação operacional dessa facilidade.

Centrais de Atendimento – A entrada em vigor, em 1º de dezembro de 2008, do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, motivou fiscalização específica nas centrais de atendimento telefônico das prestadoras de telecomunicações, com foco naquelas que detêm Poder de Mercado Significativo (PMS), como as concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado, as prestadoras de Serviço Móvel Pessoal e parcela das prestadoras de Serviço de Comunicação de Massa.

Metas de Universalização – Seguiam em andamento, no final do exercício, as atividades anuais de fiscalização para validação das metas de universalização, declaradas como atingidas pelas prestadoras no mês de abril de 2008. Essas metas são relacionadas à instalação de acessos coletivos em localidades com mais de 100 habitantes, inda não atendidas pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado à implantação de acessos individuais do STFC em localidades com mais de 300 habitantes, além da verificação do cumprimento do prazo previsto para atendimento de solicitações de acessos. Essas atividades têm término previsto para março de 2009.

PMU-I – Iniciada em agosto de 2008, tem também término previsto para março de 2009 a fiscalização para verificação do cumprimento do Plano de Metas de Universalização (PMU I), relativa à implantação de Terminais de Telecomunicações para Surdos (TTS) em Instituições de Assistência às pessoas com deficiência auditiva.

Controle Patrimonial – Utilizando metodologia de fiscalização desenvolvida internamente, a Anatel iniciou a fiscalização de controle patrimonial das concessionárias do STFC, que envolveu a avaliação de bens reversíveis, indispensáveis à continuidade da prestação do serviço de telecomunicações no regime público das concessionárias STFC. A fiscalização foi realizada primeiramente na CTBC e, no final do exercício, na Telefônica.

Com relação à Fiscalização Técnica, merecem destaque as ações desenvolvidas, em 2008, pela Radiomonitoragem, no segmento de Produtos de Telecomunicações, pela Rede Nacional de Radiovideometria e pelo Sistema de Geo-referenciamento da Anatel, como a seguir se especifica:

Radiomonitoragem – Em 2008, foram empregadas 20 mil horas/homem em ações de fiscalização por radiomonitoragem, correspondendo a 11,4 mil ações, que utilizaram o Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME) na realização de procedimentos fiscalizadores sistêmicos e pontuais de uso do espectro de radiofrequências, um bem público, inelástico e escasso. Especial atenção foi dada ao Serviço Móvel Aeronáutico, no intuito de garantir as comunicações entre aeronaves e torres de controle e vice-versa, livres de interferências prejudiciais.

Nessa empreitada, a Agência fez a radiomonitoragem das reclamações e de denúncias de interferências, sobretudo realizando reuniões periódicas com diversos segmentos da sociedade por meio do Grupo Permanente de Radiointerferência (GPRI), espaço público aberto à discussão, adoção de medidas preventivas e mitigação de causas que afetam a segurança, a vida e o patrimônio dos cidadãos. Ao mesmo tempo, ações de combate às emissões clandestinas foram realizadas em todo o País, com excelentes resultados.

Foram desenvolvidas também atividades científicas e experimentais, com vistas ao acompanhamento da implementação da TV Digital no País. Como parte deste programa, foi concluído o processo de especificação para aquisição de *set-top-box* para atendimento de demandas das unidades regionais da Anatel nos Estados da Federação. Essa aquisição, prevista para 2009, permitirá a Agência realizar análise de cobertura e avaliação subjetiva da qualidade de som e imagem da televisão digital.

A Anatel nomeou, em 2008, agentes de fiscalização com especialização em radiomonitoragem para compor comissão técnica, com vistas a otimizar os procedimentos do Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro e, por essa trilha, racionalizar a quantidade de homem/hora empregada nessa atividade, preparando o cenário para a ampliação do referido sistema. O objetivo desse projeto é minimizar as radiointerferências aeronáuticas nos 33 principais aeroportos do Brasil.

No processo de ampliação das ferramentas de gestão do espectro, foram adquiridas 117 antenas para medição de parâmetros técnicos de emissões radioelétricas. Foi também assinado, em 2008, contrato de manutenção do SGME, providência que tem permitido a reativação de estações fixas e móveis de radiomonitoragem. Esta medida tem incrementado as ações do SGME em termos qualitativos e quantitativos.

Produtos de Telecomunicações – Em 2008, foram realizadas 384 ações fiscalizadoras na área de certificação de produtos, iniciativas que corresponderam a 6,3 mil horas de fiscalização. Entre as ações de âmbito nacional, destacaram-se as de comercialização de interfaces de comunicação utilizadas em notebooks e a de aparelhos celulares, com ênfase para o I-Phone, com lacração de equipamentos sem a homologação da Anatel.

Radiovideometria – A Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) propiciou, de modo satisfatório, o atendimento à fiscalização da obediência ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) e as necessidades fiscalizadoras da Justiça Eleitoral, relacionadas com a grade de programação das emissoras de rádio e televisão. Em 2008, esse serviço prestado pela Anatel realizou 30 mil horas/homem de fiscalização, volume que correspondeu 221,2 mil ações de fiscalização. Também em 2008 foram adquiridas 313 estações portáteis para a RNR, com o objetivo de aumentar a eficácia deste sistema no interior dos estados brasileiros. Devido ao pioneirismo na sua implantação, o Brasil foi escolhido dentre os estados-membros da União Internacional de Telecomunicações (UIT), para redigir o capítulo referente a sistemas de fiscalização de radiodifusão e multimídia no Manual de Radiomonitoragem – Edição de 2010, daquele órgão especializado das Nações Unidas.

Geo-referenciamento – Em 2008, foram adquiridos 1,6 mil mapas vetoriais para cidades acima de 100 mil habitantes, no formato compatível com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, contendo dados de arruamento, CEP, nome de ruas, entre outros dados, para uso do Sistema de Informações Geográficas da Anatel (SIGAnatel), que possibilitará, entre outros serviços, verificar o cumprimento de metas de universalização pelas prestadoras do STFC.

A integração dos mapas ocorrerá no início de 2009, providência que permitirá dar publicidade, à sociedade, dos níveis de campos eletromagnéticos fiscalizados nos principais pontos do território nacional, verificando a conformidade das emissões à Resolução nº 303, que versa sobre a exposição de pessoas a campos nocivos. Outro passo importante dado pela Anatel, em 2008, foi a aquisição de 52 sondas automáticas para medição de radiação não-ionizante.

Fiscalização Tributária – Em 2008, foram fiscalizados de forma censitária os valores arrecadados por prestadores de serviços de telecomunicações nos exercícios de 2003 e 2004. Com enfoque em 2003, foram auditadas cerca de 1,3 mil empresas, apurando-se diferenças recolhidas a menor para o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), no montante de R\$ 320.897.301,56. Para o Fundo Nacional de Telecomunicações (Funntel), a diferença recolhida a menor também em 2003 foi de R\$ 167.772.779,21. O valor total da diferença entre os valores declarados e os devidos efetivamente somaram R\$ 488.670.080,77.

Com referência ao exercício de 2004, foram auditadas 1,2 mil empresas, apurando-se diferenças recolhidas a menor, para o Fust, no montante de R\$ 400.564.427,65, e para o Funntel de R\$ 441.292.096,79. O valor total da

diferença entre os valores declarados e os devidos efetivamente somaram R\$ 841.856.524,44.

Registra-se, portanto, que no segmento da Fiscalização Tributária a Anatel cumpriu, com sucesso, o planejamento para 2008, e que os bons resultados obtidos afastam a possibilidade de decadência dos valores apurados. Assim, em breve a fiscalização poderá eliminar totalmente o passivo acumulado de anos anteriores e seguir, em cada exercício, fiscalizando o exercício imediatamente anterior.

Menciona-se, por fim, outras realizações importantes no âmbito da Fiscalização, no ano de 2008:

- contratação do projeto arquitetônico do Centro Nacional de Sensoriamento Remoto das Telecomunicações (CNST), que abrigará todas as ferramentas e atividades de coordenação de fiscalização, na sede da Anatel;
- aquisição de plataforma para fiscalização de Serviço de Comunicação Multimídia, que utilizará tecnologia WiFi. Sua atividade básica será a verificação da qualidade da prestação de serviços de internet pelas prefeituras municipais;
- implantação do Sistema de Monitoração da Qualidade de Serviços (SMQS), que monitorará a prestação de serviços nas redes STFC, SMP, SME, SCM e TVA;
- desenvolvimento do projeto Msat, que compreende a implantação de duas estações terrenas com a finalidade identificar interferências de sinais, uso ilegal de *transponders*, medição da frequência, posição e densidade de fluxo de potência e ocupação de posições orbitais.

PADOS E MULTAS

A Anatel deu sequência, no exercício de 2008, às ações fiscalizadoras que resultaram na instauração de cerca de 2,2 mil Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações, decorrentes de não-cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais por parte das operadoras de telecomunicações. Relativamente aos Pados encerrados, a Agência concluiu, em 2008, cerca de 7,8 mil desses processos.

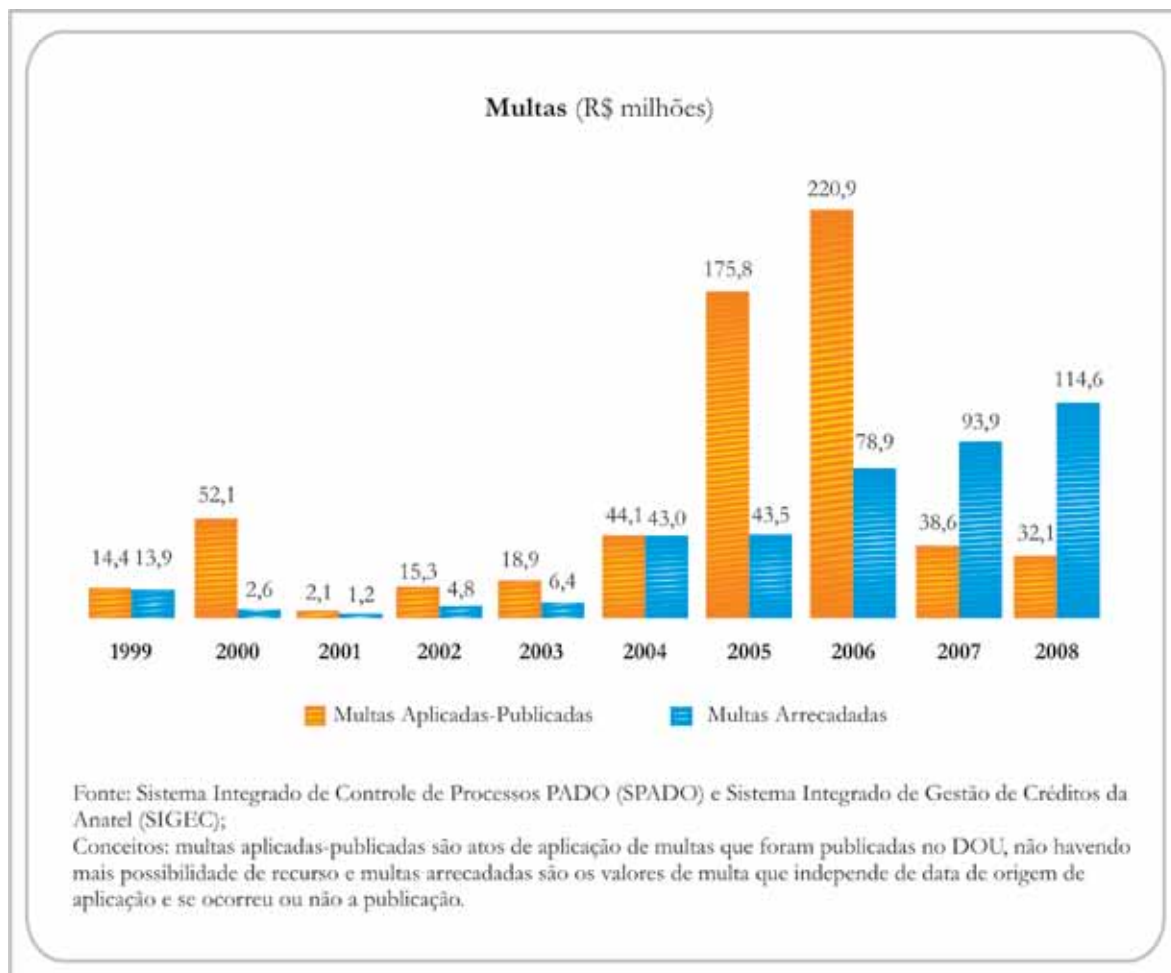
PADOS	2006	2007	2008
Instaurados	6.514	3.210	2.214
Encerrados	3.244	5.299	7.777

Dados de março/2009

Os bons resultados decorrem da otimização e da padronização dos procedimentos de instauração de Pados, bem como do esforço da Agência na análise e conclusão desses processos, cabendo destacar:

- desde 2007, passaram a ser realizadas ações de fiscalização por grupo econômico, em vez da fiscalização por entidade;
- as fiscalizações pontuais foram agregadas às sistêmicas, sempre que possível;
- as superintendências de serviços otimizaram a instauração de Pados, aglutinando em um único Procedimento as infrações de mesma natureza e as decorrentes do PGMQ pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Com relação aos valores, destaca-se que, ao longo de 2008, foram aplicadas e publicadas multas no total de R\$ 32,1 milhões e arrecadados R\$ 114,6 milhões, montante nunca antes alcançado pela Agência em um exercício.



CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Anatel tem, entre suas importantes incumbências, a de reestruturar, conceber e estabelecer critérios para o aperfeiçoamento do processo de certificação e homologação de produtos para telecomunicações, com base em necessidades nacionais e recomendações internacionais. Essa responsabilidade implica também a expedição, o reconhecimento e a certificação de produtos para Telecomunicações, além da montagem e acompanhamento das atividades dos Organismos de Certificação Designados (OCDs) e de laboratórios experimentais, de modo a garantir a qualidade do modelo brasileiro de Certificação.

Oportuno relembrar que é a certificação de produtos de telecomunicações que garante ao cidadão a aquisição e o uso de produtos que respeitam padrões de qualidade e de segurança e o cumprimento das funcionalidades técnicas regulamentadas. No modelo brasileiro, o processo de certificação, de caráter compulsório, é realizado pelos OCDs, após os ensaios dos produtos, realizados por uma terceira entidade, os laboratórios especializados, cabendo à Anatel expedir o ato de homologação.

A Anatel conta, atualmente, com 13 Organismos de Certificação Designados, distribuídos pelo País. Em 2008, foram acreditados três novos laboratórios para realização de ensaios de produtos de telecomunicação para fins de certificação, perfazendo um total de 18 laboratórios disponíveis e acreditados no mercado brasileiro. Além desses, foi avaliado mais um laboratório de 3ª parte (laboratório independente), somando 12 laboratórios avaliados; sendo seis de 3ª parte e seis de 1ª parte (laboratório do fabricante). Assim, a atual rede dessas unidades especializadas totalizava, em dezembro de 2008, 30 laboratórios capacitados para a realização de ensaios de produtos de telecomunicações.

No âmbito da normatização para certificação e homologação de produtos de telecomunicações, a Anatel desenvolveu, em 2008, trabalhos de reestruturação, de concepção e de atualização da base regulatória, envolvendo a certificação e a homologação de produtos para telecomunicações. Neste sentido, foram realizados estudos abrangendo os seguintes temas:

- padronização de procedimentos para avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR);
- segurança elétrica – revisão da Norma anexa à Resolução nº 238;
- transceptores de ERB para o STFC, SMP e SME – normas anexadas às resoluções nº 413 e nº 433;
- certificação e homologação de equipamentos PLC (banda larga e faixa estreita);
- serviços de telecomunicações pela rede de energia elétrica;
- certificação de telefones IP;

- certificação e homologação de antenas inteligentes;
- certificação e homologação de Unidades Retificadoras Chaveadas em Alta Frequência para Telecomunicações (UR);
- certificação e homologação de Sistemas de Retificadores (SR);
- receptores de TV Digital;
- norma sobre proteção elétrica e de segurança para Redes Telefônicas Externas;
- norma para projeto de redes metálicas internas utilizadas em telefonia, dados e TV a Cabo;
- desenvolvimento das especificações técnicas de cabos telefônicos antifurto, constituídos de condutores de aço cobreado;
- desenvolvimento das especificações técnicas de fios FE-AA-80 PEAD; e
- caixas de emendas ópticas, terminais ópticos.

Em 2008, foram também realizadas as seguintes consultas públicas relacionadas com as questões de certificação e homologação:

- Consulta Pública nº 48, com a proposta de norma para certificação e homologação de equipamentos de telecomunicações quanto aos aspectos da avaliação da Taxa de Absorção Específica;
- Consulta Pública nº 40, com a proposta de norma para certificação e homologação de Unidades Retificadoras Chaveadas em Alta frequência;
- Consulta Pública nº 39, com a proposta de norma para certificação e homologação de Sistemas de Retificadores para Telecomunicações; e
- Consulta Pública nº 16, com a proposta de regulamento que estabelece os requisitos de segurança elétrica a serem atendidos pelos produtos de telecomunicações, de modo a complementar os regulamentos específicos, para fins de certificação pela Agência Nacional de Telecomunicações.

De janeiro a dezembro de 2008, a Anatel certificou/homologou 3.234 novos modelos de produtos. Este resultado representa 91,5% da meta prevista para o exercício. A redução do número de homologações justifica-se, entre outras razões, pela introdução, abaixo do esperado, de novos produtos de telecomunicações no País, possivelmente um reflexo dos problemas sofridos pela economia mundial no último quadrimestre do ano. Cabe ressaltar, no entanto, que o quantitativo de homologações, em 2008, foi cerca de 10% superior ao resultado de 2007, contra um crescimento industrial de 4,8%, segundo o IBGE.

GESTÃO DO ESPECTRO

As atividades da Anatel neste campo de alta significação para as telecomunicações têm como objetivo garantir a otimização do uso do espectro de radiofrequências e dos recursos de numeração, bens escassos e finitos que exigem permanente adequação da atribuição e da destinação. Nessa tarefa, cabe à Agência avaliar a utilização dos recursos de órbita e espectro, em conformidade com a evolução tecnológica do setor de telecomunicações, bem como realizar os procedimentos para a administração desses recursos.

Previu a Agência, para 2008, atribuir em torno de 30 milhões de acessos, mas efetivamente atribuiu mais de 83,5 milhões de códigos de numeração. A superação significativa da meta ocorreu em virtude da expansão da planta do Serviço Móvel Pessoal, marcado principalmente pelo início das operações de novas prestadoras em São Paulo.

No âmbito da administração do espectro, as atividades relacionadas à emissão de normas de condições de uso, compartilhamento de faixas de frequências e outros atos intimamente ligados à atividade, foram realizadas, no exercício, de modo a adequar o uso do espectro à aplicação de tecnologias convergentes. Neste sentido, a Agência atua com o objetivo de garantir a otimização do uso do espectro, exigindo adequação das atribuições, destinações e distribuições de faixas de frequência em consonância com a evolução tecnológica do setor e com as respectivas políticas públicas.

Com o advento das diretrizes traçadas, em 2008, tanto na esfera do Plano Geral de Outorgas quanto do Plano Geral de Regulamentação das Telecomunicações no Brasil, foi estabelecida uma nova prioridade para as atividades de administração do espectro, a serem desenvolvidas nos próximos anos.

O Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências mais uma vez consolidou as alterações de atribuição e de destinação, além de incorporar as modificações pertinentes, estabelecendo o marco referencial para o uso do espectro radioelétrico. A possibilidade de acesso via sistema interativo na página da Anatel na internet constitui referência na obtenção de dados relativos ao uso do espectro.

Há que se mencionar, nesse contexto, o papel desempenhado pelo Comitê de Uso do Espectro e Órbita (C-EO), criado pela Resolução nº 61, de 24 de setembro de 1998. Seu objetivo é auxiliar a Agência a cumprir suas funções de administrar o espectro de radiofrequência e as órbitas de satélites, compatibilizando a regulamentação nacional e internacional, os padrões e procedimentos. Compete ao C-EO subsidiar o Conselho Diretor da Anatel no exercício de suas competências legais nas tomadas de decisões relativas à Tabela de Atribuição de Frequências e à utilização do espectro de radiofrequências e de órbitas no Brasil.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A Anatel deu sequência, no exercício de 2008, ao cumprimento dos preceitos da Lei Geral de Telecomunicações relacionados à implementação da política definida pela Administração brasileira, com objetivos universalistas firmados na prioridade de integração regional e, de maneira ampla, de cooperação Sul-Sul. Nessa linha, prosseguiu a Agência com sua missão de estreitar o relacionamento com governos e com entes reguladores da América do Sul, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e dos principais países emergentes do mundo.

Na América Latina, a Anatel participou ativamente na Reunião de Bogotá na harmonização do roaming sul americano, que faz parte do esforço conjunto do Ministério das Relações Exteriores e do Planejamento com a participação do Ministério das Comunicações no Projeto31 do IIRSA (Iniciativa para Integração Regional Sul Americana).

Nesse esforço, e mais uma vez com consideráveis ganhos para os interesses brasileiros, sustentou em 2008 crescente e ativa participação de representantes da Anatel em órgãos internacionais voltados para as telecomunicações, como a seguir se apresenta de modo resumido. Ao mesmo tempo, cuidou sua Assessoria Internacional da reformulação do projeto de atuação internacional da Anatel e da reestruturação das Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs).

UIT – É de responsabilidade da Anatel, por preceito legal, representar o Brasil nos órgãos internacionais voltados para as telecomunicações, universo em que a União Internacional de Telecomunicações, agência das Nações Unidas responsável por temas de radiocomunicações, normalização e desenvolvimento das telecomunicações em todo o mundo, se destaca como a mais expressiva entidade setorial.

No exercício sob enfoque e no âmbito da UIT, teve a Anatel papel significativo na preparação da Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações (AMNT-08). Nesse esforço, destacaram-se a realização do Fórum UIT Regional de Desenvolvimento 2008: Estreitando a lacuna de normalização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em Brasília, de 19 a 20 de maio de 2008. O Fórum contou com a presença de mais de 200 delegados de 17 nações das Américas e do Caribe.

Na sequência, a área internacional da Anatel atuou na realização dos seguintes eventos, tarefa da qual também participaram essas 17 nações: Reunião Preparatória das Américas para a Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações 2008, realizada em conjunto com o escritório regional da UIT; Reunião Extraordinária Citel de Preparação para a Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações 2008.

Principais atividades – Dedicou-se a Anatel, por mais de um ano, aos preparativos para a realização da AMNT-08, realizada na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Um trabalho amplo, que envolveu a produção de propostas brasileiras relacionadas a temas financeiros, orçamentários, de suplantação da lacuna digital e de normalização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com destaque para a contribuição sobre o papel do Setor de Normalização da UIT (UIT-T) na realização dos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI).

Em outro momento, atuou a Agência na análise das contribuições de outras administrações para a AMNT-08 e na análise de pontos comuns, divergências e estratégias, com vistas à defesa dos interesses do Brasil. Teve atuação também em eventos colaterais à AMNT-08, que trataram de temas candentes como acessibilidade, segurança cibernética e mudanças climáticas. Neste caso, com atuação na mesa de debates e apresentação sobre Mudanças Climáticas – Perspectivas do Brasil.

Outros destaques relacionados com a AMNT-08: a atuação da Agência, Anatel como moderador do Simpósio Global de Normalização da UIT-T, realizado no dia anterior à abertura da AMNT-08; a reunião de 2008 do Conselho da UIT, que teve como principal resultado a aprovação da proposta brasileira em favor do acesso gratuito online às recomendações produzidas pelo Setor de Radiocomunicações da UIT (UIT-R); e criação do grupo dedicado aos Assuntos de Políticas Públicas Internacionais de Governança da Internet no Conselho da UIT, como resultado de negociações lideradas pelos representantes brasileiros.

Mercosul – O Brasil assumiu, no segundo semestre de 2008, a presidência pro-tempore do Mercosul e, com ela, a responsabilidade de sediar a XXXVI Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 1 - Comunicações (SGT-1), que contou com a participação de mais de 50 delegados do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Grupo de Serviços – No âmbito do Grupo de Serviços do Mercosul e no contexto da VII Rodada de Liberalização do Comércio de Serviços, a Anatel detectou possibilidades de ampliação dos compromissos e de esclarecimento das inscrições “não-consolidado” nas ofertas dos demais países. Levantou também oportunidade de melhoria da oferta brasileira em telecomunicações na inscrição horizontal sobre a participação societária das prestadoras de serviços de telecomunicações no País.

A atuação da Anatel foi essencial no sentido de esclarecer conceitos importantes do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) e do *Reference Paper*, com o objetivo de orientar o País no momento da revisão da oferta brasileira em serviços de telecomunicações na OMC. Os questionamentos permearam, basicamente, alteração na nota horizontal da oferta brasileira que retrata a prerrogativa constante do artigo 18 da Lei Geral de Telecomunicações, que permite ao chefe do Poder Executivo estabelecer limites de participação de capital estrangeiro em prestadoras de serviços de telecomunicações.

Com o objetivo de intensificar a cooperação Sul-Sul, as atividades de cooperação técnica multilateral têm sido priorizadas pela Anatel nos foros que congregam países de interesse estratégico para o Brasil, especialmente os latino-americanos e africanos de expressão portuguesa, nos âmbitos do Foro Latino-Americano de Entes Reguladores de Telecomunicações (Regulatel) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Regulatel – O Brasil assumiu a presidência do Foro Latino-americano de Entidades Reguladoras de Telecomunicações, para o período 2008/2009. O ato ocorreu na XI Plenária, realizada em Lima (Peru), em outubro de 2008, juntamente com a VII Cúpula de Presidentes dos Reguladores Europeus e Latino-americanos. O fato fortaleceu a Anatel em seu *status* de “agência-referência” na Região.

CPLP – Outro fato importante foi a realização, em julho de 2008, na cidade de Praia (Cabo Verde), da V Reunião Técnica de Telecomunicações da CPLP, quando seus membros acordaram para criação da Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCT - CPLP). A Anatel, que estimulou e apoiou a criação da Associação, contribuirá com o Centro de Excelência da UIT para os países africanos lusófonos, por meio do envio de técnicos para a formação de pessoal.

Cooperação bilateral – No âmbito da cooperação técnica bilateral, onde a Anatel vem se destacando pelos aportes contributivos, foi articulada a assinatura de novos Memorandos de Entendimento (MdE) com os entes reguladores de países desenvolvidos e em desenvolvimento, estratégicos para o Brasil, particularmente em matéria relacionada à regulação de serviços convergentes, sob os pontos de vista tecnológico, jurídico e econômico.

Em conformidade com as diretrizes de política externa do governo brasileiro, dedicou-se, no período, especial atenção ao chamado grupo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), bem como ao Grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), tanto na formulação de novos MdEs, quanto na operacionalização dos já existentes. O Memorando de Entendimentos com a agência reguladora sul-africana ‘Autoridade Independente de Comunicações da África do Sul’ - Independent Communication Authority of South Africa (ICASA) foi assinado em Joanesburgo.

Realizou-se na cidade de Guimarães (Portugal) a XII Reunião Ordinária da Comissão Anatel-Anacom, com importantes desdobramentos para as relações internacionais da Agência, assim resumidos:

- a criação de Grupo de Coordenação para intercâmbio permanente de informações sobre gestão do espectro;
- o estabelecimento de diálogo para revisão e atualização do acordo de reciprocidade entre os dois países sobre radioamador, em vigor desde 1972;

- a realização de seminário, em Brasília, sobre o mercado de banda larga em Portugal;
- o modelo de custo no contexto da regulação econômica na União Européia; e
- a separação funcional como instrumento regulatório.

Em relação à operacionalização de MdEs já firmados, a Anatel recebeu, em 2008, representantes de Angola, da Colômbia, de Moçambique, de Cuba e do Peru.

Reestruturação – Ao mesmo tempo em que desenvolveu intensa atuação externa, a Anatel procedeu à reestruturação do projeto de coordenação e de atuação de sua Assessoria Internacional, em fevereiro de 2008. A iniciativa foi determinada pela percepção de novo contexto do setor de telecomunicações no Brasil e pela necessidade de maior inserção do País no cenário internacional. Da iniciativa resultou a atribuição de foco estratégico à condução das atividades internacionais da Agência.

A nova orientação da Assessoria Internacional da Agência teve como propósitos gerais:

- difundir, em nível internacional, a competência e a experiência adquiridas em seus 10 anos de existência e articular as ações internacionais de difusão desse *status*, em harmonia com a política externa brasileira conduzida pelo Poder Executivo;
- imprimir internacionalmente o *status* de "Agência-Referência" em termos de regulação dos serviços de telecomunicações, especialmente perante países em desenvolvimento, buscando a continuada expansão desse *status* em organizações e agências internacionais e em entidades estrangeiras apropriadas, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com o Ministério das Comunicações (MC);
- buscar aproximação com as agências reguladoras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, especificamente em matéria de regulação;
- aprimorar a qualidade da atuação e da liderança do Brasil nos trabalhos realizados internacionalmente, especialmente no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel);
- estabelecer novo nível de requisitos de atuação e de qualidade para as contribuições técnicas apresentadas nas organizações internacionais de telecomunicações e outros foros relevantes, passando o Brasil a buscar uma posição de liderança na condução dos estudos técnicos, distanciando-se do tão-somente acompanhamento dos trabalhos conduzidos nessas organizações; e

- incrementar a atuação nas instâncias superiores de organizações internacionais, Conselho da UIT, Grupos Assessores e Comitê Executivo Permanente da Citel (COM-Citel).

CBCs – Em 2008 – decorridos nove anos da criação das primeiras Comissões Brasileiras de Comunicações –, a estrutura organizacional desses colegiados passou por poucas alterações e, de certa forma, se prestava a acompanhar, moderadamente, a convergência dos assuntos técnicos tratados nos foros inter-nacionais de telecomunicações.

Considerado o dinamismo do setor de telecomunicações, caracterizado por constante evolução e pela convergência tecnológica, entendeu o órgão a que estão afetos aqueles colegiados, como oportuno apresentar estudo de reestruturação e de redefinição das atribuições das CBCs. Entre os princípios gerais que nortearam a proposta de reestruturação das Comissões, devidamente comentada e aprovada pelo Grupo de Coordenação das CBCs (GC-CBC), em janeiro de 2008, destacaram-se:

- a otimização dos procedimentos e dos resultados decorrentes da atuação do Brasil em foros internacionais de telecomunicações;
- a racionalização dos recursos humanos e orçamentários;
- a necessidade de redução do número de CBCs;
- a eliminação da redundância dos trabalhos, buscando a centralização dos estudos de uma determinada área das comunicações em uma única CBC;
- a integração dos trabalhos entre as CBCs;
- a eliminação da sobreposição de competências entre as CBCs;
- a flexibilização da estrutura organizacional das CBCs; e
- a reorganização dos trabalhos, com a redefinição de prioridades.

Desse esforço, resultou a condensação das 17 CBCs/coordenações e suas atribuições em quatro novas CBCs:

- CBC 1: Governança e Regimes Internacionais;
- CBC 2: Radiocomunicações;
- CBC 3: Normalização de Telecomunicações;
- CBC 4: Desenvolvimento das Telecomunicações.

ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Gestão orçamentária e financeira – Criado pela Lei nº 5.070/66, o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações é definido como fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para cobrir as despesas na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução. Os recursos do Fistel são, conforme determina a Lei Geral de Telecomunicações, aplicados pela Anatel.

As receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, que de fato custeiam as despesas da instituição, totalizaram R\$ 6,4 bilhões e as receitas do Fundo de Universalização das Telecomunicações atingiram o montante de R\$ 1,4 bilhão. Com relação às despesas, a Agência considera na formulação de sua proposta orçamentária a premissa de que o volume de recursos necessários para o desempenho de suas atividades privilegie a relevância da atividade e a pertinência de sua execução. Para tanto, mobiliza todos os órgãos de sua estrutura com vistas à formulação de um instrumento que permita a maximização dos recursos e a implementação dos projetos.

Composição do orçamento – Para a realização das despesas previstas, a Lei Orçamentária Anual (LOA/2008) estabeleceu o montante de R\$ 372,9 milhões para a Agência. Destes, R\$ 172,7 milhões foram destinados às despesas de ‘Pessoal e Encargos Sociais’, R\$ 154,8 milhões a ‘Outras Despesas Correntes’, R\$ 37,3 milhões a ‘Investimentos’ e R\$ 8,0 milhões às despesas com ‘Inversões Financeiras’. Tendo em vista que os valores da LOA representavam um corte de cerca de 9,5% em relação ao constante do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), a Anatel, com base na prerrogativa do disposto no inciso XXIV do art. 4º da LOA/2008, solicitou a realocação de recursos entre as atividades constantes da programação orçamentária da Agência, com transferência de recursos dos Grupos ‘Investimento’ e ‘Inversões Financeiras’ para o Grupo ‘Outras Despesas Correntes’.

Após o remanejamento de recursos e os créditos suplementares autorizados ao longo do ano, a Anatel encerrou 2008 com uma dotação orçamentária no montante de R\$ 381,6 milhões, sendo R\$ 173,4 milhões para as despesas de ‘Pessoal e Encargos Sociais’, R\$ 166,3 milhões para ‘Outras Despesas Correntes’, R\$ 32,6 milhões para ‘Investimentos’ e R\$ 9,2 milhões para despesas com ‘Inversões Financeiras’.

Limite de Empenho – Em decorrência da publicação da LOA/2008 ter ocorrido somente no final do mês de março e em cumprimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), houve, nos três primeiros meses do ano, liberação de duodécimos para custear as despesas necessárias ao custeio da Agência. As despesas previstas no Grupo ‘Pessoal e Encargos Sociais’, e as relacionadas aos benefícios assistenciais foram integralmente liberadas desde o início do exercício. Somente com a publicação do Decreto de Programação Financeira – Decreto nº 6.439, de 23 de abril de 2008 – foi concedido limite para realização das despesas de Capital – Investimentos e Inversões Financeiras.

Em 2008, a Anatel viveu situação bastante diferente dos últimos anos. Contrariamente ao que vinha ocorrendo, o limite para realização de despesas classificadas como ‘Outras Despesas Correntes’ – excluídas as destinadas aos benefícios assistenciais – correspondeu a cerca de 92% do valor previsto, o que implica contingenciamento de 8%. Relativamente às despesas de capital, o limite definido pelo Ministério das Comunicações correspondia à cerca de 70% das despesas previstas.

Execução do Orçamento – A Anatel empreendeu esforços no sentido de executar sua programação orçamentário-financeira, visando, também, aproveitar o cenário favorável de liberação de limite de empenho. Neste sentido, buscou-se, ao longo do exercício, monitorar a execução de todas as despesas com vistas a identificar eventuais necessidades de recursos e, em contrapartida, sobras de dotações ou limites de empenho.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pela Agência, expressas na impossibilidade de realizar todas as contratações previstas, a Anatel apresentou melhoria no resultado da execução orçamentária, comparativamente ao exercício anterior. Em 2008, do valor liberado, foram efetivamente empenhados 91,8%. Este resultado decorre não só do fato de que o recurso estava liberado praticamente em sua totalidade para empenho desde o início do ano, tornando possível manter a programação inicial, mas, também, do efetivo esforço de todas as áreas para que a programação fosse cumprida.

Um dos aspectos de destaque na execução do orçamento de 2008 se refere à economia de R\$ 13,8 milhões obtida pela Agência nos processos licitatórios realizados em 2008. Importante também destacar a aquisição de imóvel para instalação definitiva do Escritório Regional de Minas Gerais e da Unidade Operacional do Rio Grande do Norte. Em síntese, a Anatel encerrou 2008 com dotação total de R\$ 381,6 milhões, tendo sido liberado para empenho R\$ 327,1 milhões. Foram empenhados R\$ 300,3 milhões e, deste montante R\$ 254,9 milhões foram liquidados e R\$ 45,4 milhões estão inscritos em ‘Restos a Pagar’.

Aquisições e Pregão – A licitação na modalidade Pregão para a aquisição de bens e de serviços – exceto obras e serviços de engenharia –, adotada pela Anatel de modo pioneiro em 1998 e pela União no ano 2000, seguiu produzindo para a Agência resultados satisfatórios pela economia, agilidade e transparência que esse sistema inovador proporciona. Consideradas todas as licitações realizadas em 2008, a Agência obteve economia de R\$ 13,8 milhões, discriminada por modalidade de contratação, apresentada no quadro a seguir.

Economia no processo licitatório – 2008 (R\$ 1,00)			
	Valor orçado	Valor contratado	Economia obtida
Concorrência	18.524.582	12.851.018	5.673.564
Pregão Amplo	24.275.987	17.105.545	7.170.442
Consulta	1.705.000	1.704.780	220
Convite	350.278	195.386	154.892
Dispensa	193.306	168.842	24.464
Dispensa > R\$ 8,0 mil	7.649.872	7.375.501	274.371
Ata Reg. Preços (Pregão Amplo)	247.957	131.097	116.860
Inexigibilidade	8.219.210	7.888.459	330.751
Tomada de Preços	452.636	412.740	39.896
Total	61.618.828	47.833.368	13.785.460

Gestão de Pessoas – Em 2008, a Anatel adotou um conjunto de ações para garantir o aprimoramento da Gestão de Pessoas, entre as quais se destacaram: a solicitação de 247 vagas para realização de concurso público, os esforços para publicação do decreto de progressão dos servidores das agências; o redimensionamento de pessoal, fruto do aumento de atividades e do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público do Trabalho e atrelado aos macroprocessos da Agência; a gestão da força de trabalho via Sistema de Contratos (Sicac), para atendimento aos acordos firmados no TAC; e a capacitação visando atender pontos específicos apontados pela auditoria interna.

Registra-se também a manutenção do Programa Adolescente Aprendiz, que tem por objetivo estimular a formação de adolescentes em serviços administrativos e que, no exercício, contou com 98 menores aprendizes desenvolvendo atividades na Agência. Igualmente importante foi o trabalho realizado com os estagiários, com o objetivo de proporcionar experiência prática na linha de formação. Ao final de 2008, a Anatel contava com 109 estagiários na sede da Agência e nos escritórios regionais e unidades operacionais.

Quadro de pessoal – Em agosto de 2008, a remuneração dos servidores das agências reguladoras foi reajustada pela Medida Provisória 441/2008, transformada na Lei nº 11.907/09, providência que contribuiu para diminuir consideravelmente o êxodo de servidores para outros órgãos públicos.

A Anatel encerrou 2008 com um quadro de pessoal integrado por 1.468 servidores, representando um decréscimo de 4,1% em relação ao ano de 2007. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos servidores, em 2008, em função da situação em que se enquadram.

Quadro de pessoal			
	Sede	ER/UO	Total
Especialista em Regulação	383	241	624
Analista Administrativo	116	49	165
Técnico em Regulação	32	369	401
Técnico Administrativo	135	63	198
Nomeados	73	7	80
Total	739	729	1.468

Concurso Público – Diante da necessidade urgente de compor seu quadro de pessoal nos limites estabelecidos pela Lei nº 10.871, de 1.690 servidores, em dezembro de 2007 a Agência solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para realização do 3º concurso público destinado ao preenchimento das 247 vagas restantes. No mesmo documento, solicitou autorização para a realização do 3º curso de formação, com 48 vagas, referente ao 2º concurso público realizado em 2006. O quadro a seguir demonstra a distribuição do total de vagas para o 3º concurso:

Necessidade de força de trabalho	
Cargo	Total
Técnico em Regulação	74
Técnico Administrativo	29
Especialistas em Regulação	69
Analistas Administrativos	75
Total	247

Capacitação – O dinamismo do setor de telecomunicações e o contínuo surgimento de novas tecnologias tornaram essencial a constante capacitação dos profissionais da Anatel, com o intuito de dotá-los das qualificações necessárias ao desempenho das atividades da Agência nos termos demandados pela sociedade brasileira. Em 2008, foram capacitados 1,3 mil servidores dos quadros efetivo, específico, nomeados, requisitados, procuradores federais e servidores em exercício provisório na Agência. Foram realizadas 61,1 mil horas de capacitação em 434 eventos distintos, englobando cursos presenciais, à distância e internos, palestras, congressos, seminários, simpósios e workshops.

Outra ação importante foi a publicação da Portaria nº 793, de 16 de setembro de 2008, que regulamenta a concessão de bolsas de estudos para idiomas estrangeiros. As bolsas serão concedidas prioritariamente para atender a necessidade do trabalho nos idiomas inglês, espanhol e francês. Outra Portaria – nº 720, de 25/8/08, estabeleceu os procedimentos para o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) no âmbito da Anatel. Para que tal portaria possa ser aplicada de forma efetiva, faz-se necessário a implementação de sistemas e procedimentos, alvo de ações previstas para 2009.

Pós-graduação Nacional – A Anatel patrocinou, em 2008, 15 vagas para o curso de Mestrado Profissional em Regulação e Gestão de Negócios, coordenado pelos centros de Estudos em Regulação de Mercados e de Investigação em Economia e Finanças, da Universidade de Brasília (UnB). Contados os processos de anos anteriores, a Agência patrocina atualmente a participação de 25 servidores em cursos de pós-graduação, 16 em cursos stricto sensu e 9 em cursos lato sensu.

Cedra – Tiveram sequência, em 2008, os estudos e providências para a criação do Centro de Estudos e Desenvolvimento da Regulação em Telecomunicações da Anatel (Cedra). Seu objetivo é estabelecer um centro de reflexão, de avaliação crítica, de capacitação e acompanhamento das técnicas de regulação em telecomunicações empregadas pela Agência, promover estudos sobre técnicas de regulação em âmbito mundial e propor soluções e novas perspectivas sobre questões relevantes.

O Centro se dedicará à realização de estudos prospectivos sobre a evolução do setor de telecomunicações, antecipação das tendências mundiais de tecnologia e respectiva regulação, bem como sobre seus impactos socioeconômicos. Promoverá a capacitação continuada dos servidores da Agência, relativamente aos projetos e estudos conduzidos pelo Centro, com vistas a seu desenvolvimento e motivação, para que atuem de forma qualificada e eficaz tanto no contexto interno da Anatel quanto do setor de telecomunicações e no quadro da presença internacional do Brasil. A estrutura do Centro será virtual na primeira fase e poderá, posteriormente, assumir uma estrutura física. Será constituído por núcleos, que se beneficiarão da rede de contatos a ser estabelecida, nacional e internacionalmente.

Gestão da TI – A Agência buscou, no exercício de 2008, avançar no processo de gestão da informação, com vistas a atender as necessidades internas e também às demandas da sociedade. Em 2008, a Anatel adotou políticas e implementou ações no sentido de dotar área de TI da Agência com todas as condições necessárias para atingir os objetivos internos e do Governo Federal. Além disso, foram consolidadas ações iniciadas no ano anterior, com vistas à melhoria do processo de gestão da informação. Entre as ações implementadas, destacaram-se:

- a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2009-2010, em vias de ser aprovado no final do exercício, compreendendo a situação atual, as diretrizes e os planos de ação para a evolução dos serviços de tecnologia da informação na Agência;
- a aprovação do Plano de Sistemas de Informação 2008-2010, descrevendo as diretrizes gerais e os projetos de sistemas de informação (novos sistemas e revitalização do legado);
- a implantação de novo modelo de atendimento às solicitações referentes ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, a partir da conclusão da contratação de serviços segmentados em lotes, privilegiando a segregação de funções e com ênfase na garantia da qualidade do processo de software e dos produtos gerados, na arquitetura de soluções e administração de dados e no desenvolvimento de projetos de software através de fábrica de projetos, com contratação e pagamento por serviço ou produto efetivamente entregue e aceito;
- a implantação de novo modelo de relacionamento com os clientes e usuários, buscando um ponto único de contato através de um sistema de controle de solicitações e registros de incidentes e a instalação de uma Central de Serviços;
- contratação de rede de comunicação que permitirá a implantação de serviços de dados, voz e imagem, incluindo videoconferência e voz sobre IP, refletindo assim os avanços tecnológicos trazidos pela convergência digital.

INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE



INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Com a preocupação de se manter atenta aos direitos e aos anseios de usuários/consumidores dos serviços de telecomunicações, a Agência sustenta diversos mecanismos de interação com a sociedade, diálogo que entende fundamental para o acerto de suas iniciativas. Por eles – Sala do Cidadão, Conselho Consultivo, Ouvidoria, consultas e audiências públicas, comitês estratégicos –, abre oportunidade para que o cidadão comum ou os segmentos organizados participem dos atos da Agência.

Nas relações com o usuário, ao mesmo tempo em que lhe dispensa atenção, a Anatel recebe do cidadão subsídios espontâneos e valiosos para nortear sua missão como ente regulador das telecomunicações brasileiras.

Central – Em 2008, a Anatel prestou 3,7 milhões de atendimentos. Desse total, 94,9% ocorreram pela Central de Atendimento, 4,9% pelo canal ‘Fale Conosco’, no portal da Agência na internet e 0,2% por outros canais. Formam, no conjunto, uma das principais fontes de informações que a Agência dispõe para subsidiar as fiscalizações, a revisão e a formulação dos regulamentos dos serviços. Registrou-se, no exercício, crescimento de 7,8% das interações da Anatel com os usuários de serviços de telecomunicações, em comparação com 2007.

Das chamadas recebidas, cerca de 66% foram pedidos de informações, respondidos no primeiro contato com a Agência, ou se referiram ao acompanhamento das solicitações em andamento. A despeito da dificuldade de atendimento, o número de reclamações, em 2008, foi 37,0% superior a 2007. As reclamações registradas atingiram 1,2 milhão, que representam 31,9% dos contatos, assim distribuídos: 42,3 mil (1,2%) pedidos de informações, 20,4 mil (0,6%) denúncias, 2,2 mil (0,1%) sugestões e 2,2 mil (0,1%) elogios.

Nesse cenário, as reclamações merecem especial atenção da Agência, pois representam oportunidades de melhoria e a necessidade de atuação junto às prestadoras, bem como a apuração de eventuais descumprimentos de obrigação. Das 1,2 milhão de reclamações registradas em 2008, 518,7 mil estavam relacionadas com os serviços de telefonia fixa, 431,2 mil com telefonia móvel e 228,1 mil com comunicação de massa, entre outros serviços. Do total de reclamações, 73% foram resolvidas no exercício.

Em relação à telefonia móvel, as 518,7 mil reclamações representaram crescimento de 44% em relação a 2007, para um crescimento de assinantes da ordem de 26%. Na telefonia fixa, apesar do pequeno crescimento de acessos, da ordem de 4%, observou-se aumento de 16% no número de reclamações – foram 431,2 mil em 2008.

Sala do Cidadão – Em 2008, as 27 Salas do Cidadão – uma em cada capital brasileira e no Distrito Federal, constituíram outro instrumento de aproximação da Anatel com a sociedade. O objetivo da Sala do Cidadão é tornar mais interativo o relacionamento do ente regulador com os usuários ou demais interessados nos serviços de telecomunicações, oferecendo-lhes, em ambiente próprio, mais facilidades para obter informações e documentos, registrarem reclamações, dar entrada em documento e/ou acompanhar o andamento de processos protocolados na Anatel.

Cada Sala do Cidadão conta com estrutura completa de atendimento – computadores, fax, impressora, scanner, telefone, TV e vídeo, além de atendente para prestar informações, esclarecer dúvidas e ajudar os interessados na busca, em tempo real, de informações sobre o setor de telecomunicações ou sobre ações desenvolvidas pela Anatel e por outras esferas governamentais. A Sala do Cidadão funciona nas dependências dos escritórios regionais e

das unidades operacionais, em cada estado; no Distrito Federal, na sede da Agência, em espaço da Biblioteca.

Conselho Consultivo – Órgão que formaliza a participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência, o Conselho Consultivo da Anatel realizou, em 2008, 15 reuniões. Nelas, o colegiado apreciou temas de interesse relacionados com as telecomunicações, a fim de subsidiar o Conselho Diretor da Agência em questões de elevada importância para operadoras e para a sociedade, em todos os seus estratos.

O Conselho Consultivo é formado por 12 membros, originários de segmentos organizados da sociedade e designados pelo presidente da República mediante indicação das entidades e instituições que representam. Seus integrantes têm mandato de três anos e não são remunerados. Têm assento neste Conselho:

- dois representantes do Senado Federal;
- dois representantes da Câmara dos Deputados;
- dois representantes do Poder Executivo;
- dois representantes de entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações;
- dois representantes de entidades representativas dos usuários; e
- dois representantes de entidades representativas da sociedade civil.

Comitês estratégicos – Os comitês estratégicos foram criados com as atribuições de realizar estudos e de formular proposições ao Conselho Diretor da Agência, relacionados com os objetivos, com os princípios fundamentais ou com assuntos de interesse estratégico no campo das telecomunicações. Localizados no âmbito do Conselho Diretor e dirigidos pelos membros desse colegiado, contam com a participação de servidores da Agência e de representantes da sociedade civil, com a qual promovem importante interação. Estes são os cinco comitês em funcionamento:

- Comitê de Defesa da Ordem Econômica;
- Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações;
- Comitê de Uso do Espectro e de Órbita;
- Comitê para Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e
- Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.

Consultas e audiências públicas – Em 2008, assim como ocorreu nos exercícios anteriores, a sociedade brasileira teve oportunidade de tomar conhecimento e de se manifestar, aportando críticas e sugestões, sobre vários e relevantes documentos em elaboração pela Anatel e postos em Consulta Pública. Foram normas, regulamentos novos e propostas de alterações em normas e em regulamentos, que culminaram com a edição, pela Agência, de novas resoluções. Em alguns casos de maior relevância, além de 53 consultas a Agência promoveu também sete audiências públicas, buscando a

manifestação e o debate com a sociedade sobre questões importantes para as telecomunicações e para os usuários.

Prescritas na Lei Geral das Telecomunicações, a Consulta Pública e a Audiência Pública constituem dois significativos instrumentos favorecedores da interação da Agência com a sociedade, assim como da transparência com que a Anatel trata seus atos. Nessas audiências, os consumidores dos serviços de telecomunicações podem apresentar contribuições, que auxiliam a Agência na edição de regulamentos mais aderentes com as demandas da sociedade.

Comunicação Social – No exercício de 2008, a Anatel atendeu mais de quatro mil demandas de jornalistas e produziu e publicou 134 releases sobre as ações da Agência no Portal. Acompanhou, no Senado e na Câmara dos Deputados, a tramitação de 741 projetos e a discussão de matérias de interesse direto e indireto da Agência e do setor de telecomunicações, com impacto no setor nos direitos dos usuários. Organizou sete audiências públicas, um dos instrumentos utilizados pela Agência para acolher críticas e sugestões sobre matérias relevantes em elaboração. Dessas audiências, cinco propiciaram debates sobre o ‘Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações’ e sobre a revisão do ‘Plano Geral de Outorgas’; as outras duas discutiram o Fator X.

Foram veiculados 50 anúncios em jornais, além de 500 inserções em rádios para a divulgação de audiências públicas e de licitações de grande porte realizadas pela Agência. Pela vertente institucional, a Anatel elaborou e distribuiu, em 2008, a cartilha ‘Portabilidade Numérica’, com o objetivo de disseminar informações sobre a nova facilidade oferecida aos usuários das telefônias fixa e móvel. Além disso, desenvolveu ao longo do exercício outras atividades rotineiras, com o objetivo de dar transparência e publicidade de seus atos.

No exercício, a Anatel concedeu apoio institucional a diversos eventos do setor de telecomunicações e, em alguns casos, contribuiu também com a instalação do Ponto Anatel – estande dotado de rede de computadores conectados à internet e presença de especialistas –, com o objetivo de divulgar a imagem da Agência e aproximá-la da sociedade. Além de eventos abertos ao público, a Anatel também atuou na organização de eventos internos de grande interesse para as telecomunicações e na organização dos programas e de recepções a delegações estrangeiras em visita à Agência no âmbito de acordos bilaterais de cooperação técnica.

Bibliotecas e Portal – Ao mesmo tempo em que cumprem tarefas como veículos auxiliares no esforço da Agência para tornar transparentes e públicos seus atos, as bibliotecas e o Portal são importantes instrumentos de comunicação interativa com a sociedade e vêm comprovando sua eficácia a cada ano. A Biblioteca convencional, localizada na sede da Agência, em Brasília, e a Biblioteca Virtual, localizada no portal da Agência na internet, recebem anualmente milhares de visitantes em busca de informações ou interessados na obtenção de documentos. A Biblioteca Virtual ultrapassou, em 2008, o acervo de 100 mil documentos, enquanto a Biblioteca Convencional somou acervo com cerca de 20 mil volumes, entre livros, periódicos e teses.

Com relação ao Portal na internet, seguiu em 2008 desempenhando suas importantes funções informativas e integradoras, adequado às legislações que tratam da acessibilidade. Entre elas, a que institucionalizou o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-Mag), no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática.

O Portal mantém seu conteúdo de forma segmentada, com vistas a facilitar o acesso à informação. Seu sistema de publicação apresenta facilidades tanto para a publicação como para a gestão de conteúdo e sua navegação se encontra adaptada para a utilização de software livre. Além disso, o Portal da Anatel é acessível para pessoas com deficiências visuais, motoras ou da fala, graças a sistemas leitores de telas, de teclados virtuais e de sintetizadores de voz.





SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

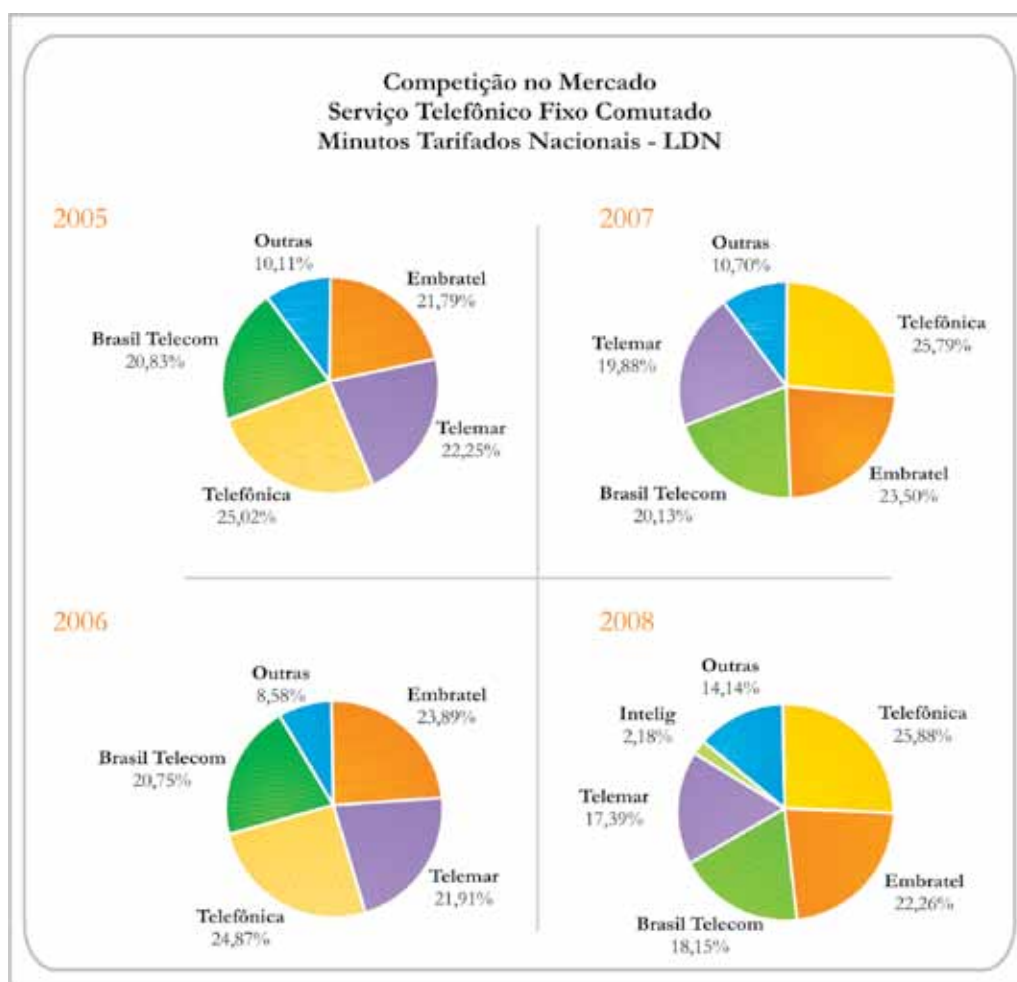
TELEFONIA FIXA

A planta brasileira de telefonia fixa, que de 39,8 milhões de acessos em serviço, em 2005, declinou para 38,8 milhões em 2006, voltou a crescer desde 2007 e encerrou o exercício de 2008 com 41,1 milhões de acessos.

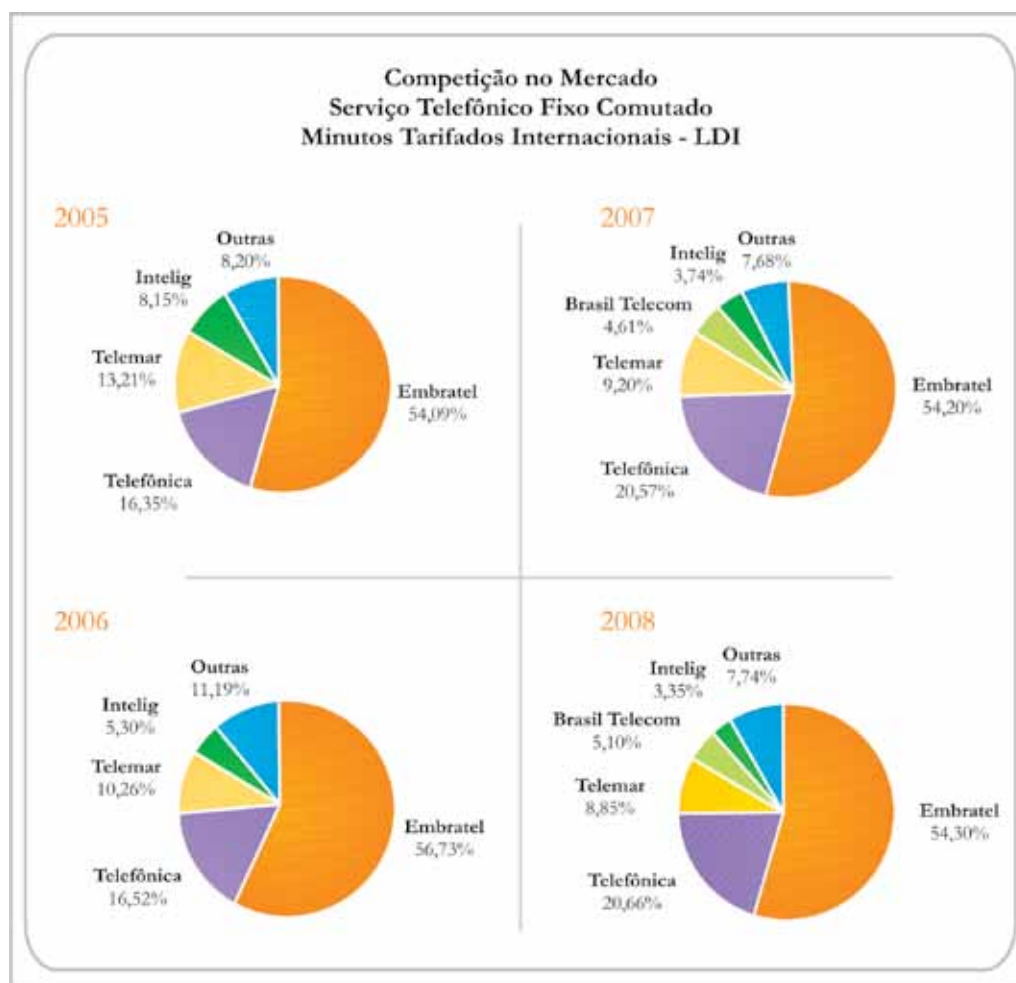
A teledensidade – número de acessos por grupo de cem habitantes – que era de 20,7% em 2007, aumentou para 21,3% em 2008.

Com relação aos acessos instalados – aptos a serem postos em serviço –, a capacidade de oferta das operadoras, que era de 52,7 milhões, no final de 2007, alcançou em 2008 o total de 61,0 milhões de acessos, 19,6 milhões a mais que os acessos em serviço. Entre os motivos determinantes para o crescimento desse estoque, nos anos recentes, está o incremento significativo da oferta por parte das prestadoras autorizadas nos grandes centros, utilizando-se da infraestrutura de rede existente para suporte a outros serviços, como TV a Cabo e telefonia móvel.

Competição – No cenário nacional, a competição evoluiu no âmbito da telefonia fixa, no exercício de 2008, no segmento das chamadas de Longa Distância Nacional (LDN). No final do exercício, o volume de tráfego acumulado apontava pequena variação na participação das operadoras no mercado de LDN, evidenciando saudável equilíbrio entre as competidoras desse segmento. Os gráficos abaixo retratam esse quadro mercadológico, em 2008, e permitem visualizar sua evolução desde 2005.



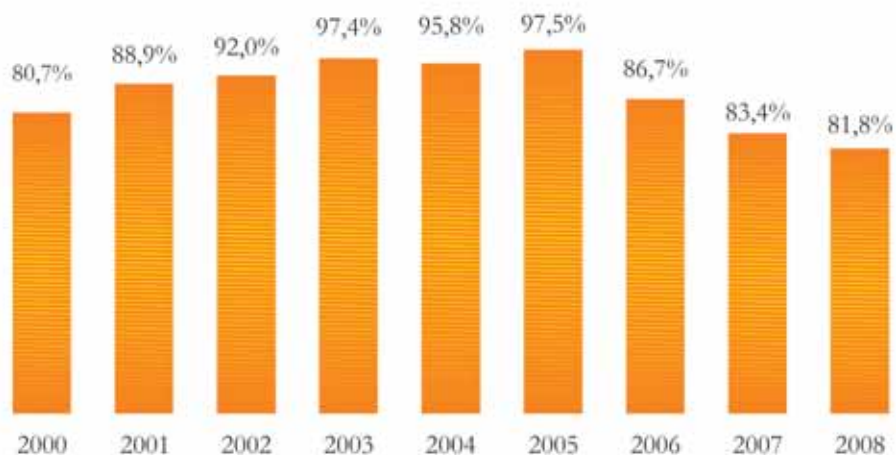
No que se refere às chamadas de Longa Distância Internacional (LDI), registrou-se, em 2008, a competição entre as mais expressivas operadoras dessa modalidade, como mostram os gráficos a seguir:



A competição nos segmentos LDN e LDI pode ser medida também pelos registros do Sistema de Informações sobre Preços e Tarifas (SIPT), serviço disponibilizado pela Anatel em seu portal na Internet para permitir a pesquisa de preços dos planos básicos das operadoras. Por esse Sistema é possível verificar as diferenças de preços, em determinados horários, tanto para as chamadas de LDN quanto para as de LDI.

Qualidade – A entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2006, do Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Regulamento de Indicadores de Qualidade do STFC aprimorou e tornou mais rígidos os indicadores que são verificados nos serviços prestados, acrescentando ganhos para a qualidade da telefonia fixa. Em 2000, 19,3% das metas fixadas no antigo PGMQ não eram cumpridas pelas operadoras; no final de 2005, quando expirou aquele PGMQ, o descumprimento havia caído para 2,5%, evidenciando considerável melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Cumprimento do Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ)



Metas			
Ano	Total	Cumpridas	Não Cumpridas
2000	11.619	9.380	2.239
2001	15.855	14.096	1.759
2002	15.852	14.588	1.264
2003	15.912	15.493	419
2004	15.912	15.243	669
2005	15.912	15.512	400
2006*	119.447	103.592	15.855
2007	120.920	100.797	20.123
2008	122.800	100.465	22.335

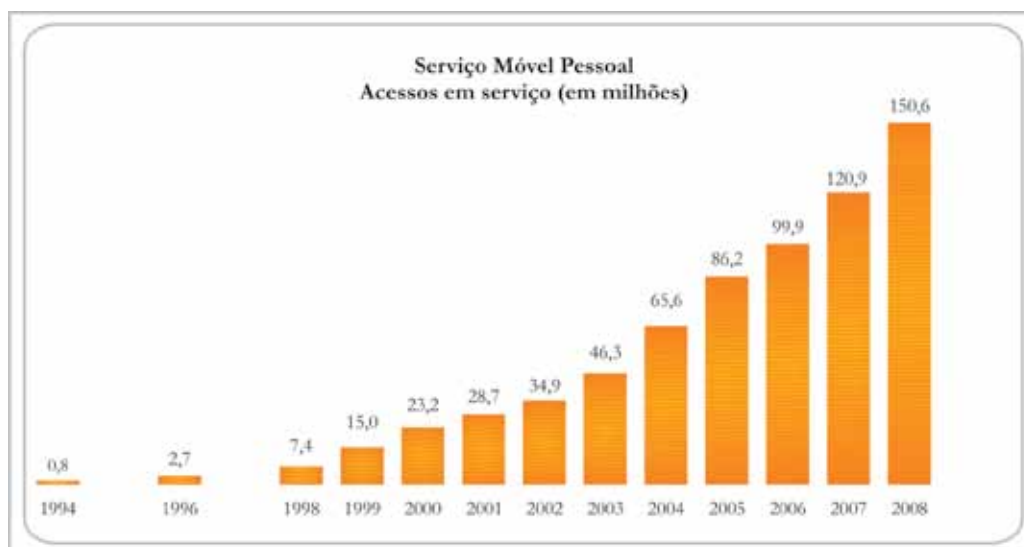
Até 2005, concessionárias e espelhos. A partir de 2006, todas as prestadoras
*Dados alterados em relação ao Relatório Anual 2006 devido a inclusão das modalidades LDN e LDI no cálculo das metas de qualidade.

Digitalização – A digitalização da rede local revela a modernidade da planta instalada e permite oferta de maior gama de serviços não possíveis com a tecnologia analógica. Entre as novas facilidades destacam-se: a portabilidade numérica, a identificação ou não do número do assinante que origina a chamada, chamada em espera, caixa de mensagem, teleconferência, siga-me, entre outros. Permite também a utilização de sistemas de supervisão e de ferramentas de análise das ocorrências, que simplificam a detecção de falhas e de diagnósticos de problemas sistêmicos.

SERVIÇO MÓVEL PESSOAL

A comunicação móvel celular no Brasil completou, em 2008, 18 anos. Por preceito legal, esse serviço foi transformado, em 1996, em concessão, com a designação de Serviço Móvel Celular, sendo posteriormente, em 2002, substituído pelo ‘Serviço Móvel Pessoal, serviço de telecomunicação móvel terrestre de interesse coletivo e prestado no regime privado. O SMP, além de representar considerável evolução regulatória, incrementou a expansão da telefonia móvel, marcada por expressivos avanços, como mais uma vez ficou evidenciado no exercício de 2008.

Planta – Na sequência do crescimento registrado desde a introdução da comunicação móvel celular no País, essa planta mostrou, mais uma vez, no exercício sob enfoque, evolução expressiva, passando de uma tecnologia digital para outra, mas incluindo a banda larga. Desde a privatização das empresas do Sistema Telebrás, o número de acessos em serviço cresceu de 7,4 milhões, em 1998, para 150,6 milhões de acessos no final de 2008, crescimento que pode ser avaliado, por período, no gráfico, que também inclui números anteriores à privatização.



Em 2008, foram habilitados 29,7 milhões de acessos e, ao final do exercício, dos 150,6 milhões de acessos habilitados, 81,5% eram de pré-pago e 18,5% de pós-pago. Em termos de planta do serviço móvel, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking internacional, precedido pela China (575 milhões de acessos), Estados Unidos (259 milhões), Índia (257 milhões) e Rússia (168 milhões).

Teledensidade – A teledensidade – número de acessos por grupo de 100 habitantes – seguiu em evolução paralela ao crescimento da planta, avançando de 63,6%, em 2007, para 78,1% no final de 2008. O Distrito Federal, que até o ano anterior liderava a teledensidade entre as unidades da Federação, com 1,11 telefone celular em serviço para cada habitante, perdeu posição

em virtude do cálculo englobar agora o DF e cidades do entorno. Dos dez municípios brasileiros que registram maior teledensidade, o primeiro lugar passou a ser ocupado por Salvador, com 1,13 telefone/habitante, seguido pelo Distrito Federal (100,2%), Belo Horizonte (92,6), Porto Alegre (86%), Florianópolis (84,8%), Rio de Janeiro (83,1%), Goiânia (81,6%), Curitiba (81%), Campo Grande (78,7%) e Campos dos Goytacazes (78,2%). Os estados que apresentaram maior crescimento percentual da densidade do SMP, no ano, foram Piauí (48,9%), Amazonas (48,3%), Bahia (42,3%), Pará (38,2%), Ceará (35,9%) e Maranhão (33,3%).

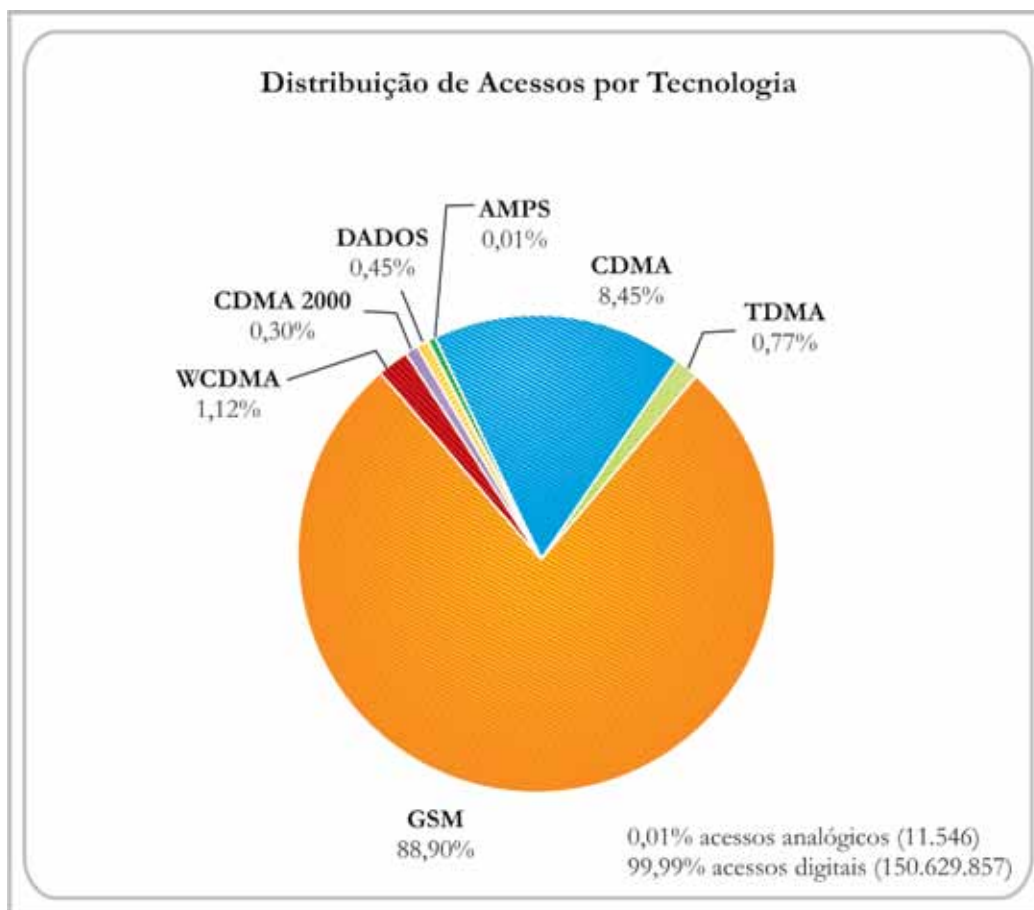
Cobertura – O ano de 2008 foi encerrado com a ampliação da cobertura do Serviço Móvel Pessoal. Dos 5.564 municípios brasileiros, o serviço estava disponível em 4.641, significando que 83,4% dessas unidades já contavam com cobertura celular, um crescimento notável quando se tem em conta que essa cobertura alcançava 3.111 municípios em 2005, 3.264 em 2006 e 3.357 no final de 2007 (60,3% dos municípios cobertos). Para viabilizar a expansão e garantir a qualidade dos serviços, as estações radiobase (ERBs), que somavam 34 mil unidades em 2006, 1,7 mil a mais que no ano anterior, em 2008 alcançaram 42,2 mil estações.

Tecnologia – Vista a planta do Serviço Móvel Pessoal pelo ângulo tecnológico, percebe-se também extraordinária evolução. Os sistemas adotados pelas empresas foram quase que totalmente substituídos por tecnologias digitais – ‘Time Division Multiple Access’ (TDMA), ‘Code Division Multiple Access’ (CDMA) e ‘Global System for Mobile Communications’ (GSM), que ao final de 2008 representavam perto de 100% da planta do SMP. No exercício, a tecnologia GSM permaneceu em expansão e na liderança do mercado, com 133,9 milhões de acessos, ou 88,9% do total da planta de telefonia móvel.

Nesse contexto, a tecnologia CDMA, que em 2007 registrava 20,9 milhões de acessos, caiu para 12,7 milhões, em 2008, representando 8,4% de participação no mercado. O uso da tecnologia TDMA caiu de 5,2 milhões de acessos, em 2007, para 1,1 milhões, em 2008 – 0,8% de participação no mercado. Por fim, a tecnologia Advanced Mobile Phone System (AMPS), próxima da extinção, possuía apenas 11,5 mil acessos, ou seja, participação de 0,0008% no mercado brasileiro.

Na avaliação desse cenário, merece destaque o início, em 2008, da oferta de serviços de banda larga (terceira geração) nas tecnologias Wideband Code Division Multiple Access (W-CDMA) e CDMA2000 (a terceira geração do CDMA), além de terminais para uso com equipamentos computadores (modem). A quantidade de terminais de acessos com estas novas tecnologias já representavam 1,9% do total da planta de telefonia móvel no final de 2008. Há que se registrar também a tendência demonstrada pelo mercado de que, além da AMPS, as tecnologias CDMA e TDMA serão substituídas pelas tecnologias mais modernas.

A evolução das tecnologias de 2002 a 2008, pode ser observada no gráfico que se segue.

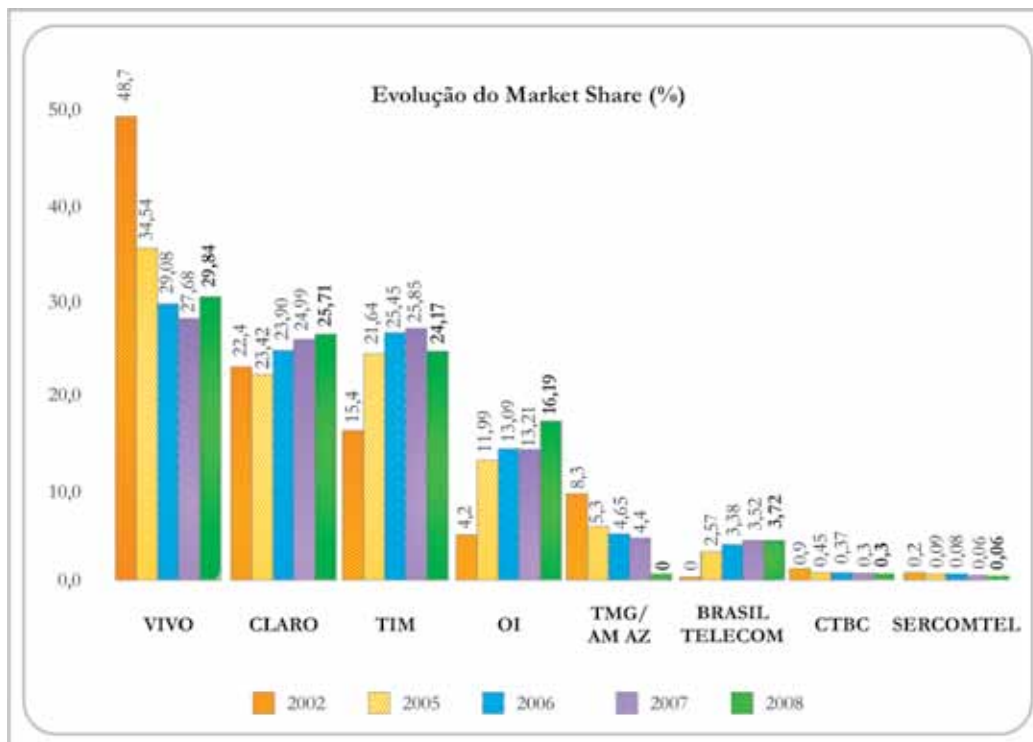


Competição – O estímulo à competição no mercado tem sido preocupação permanente na política regulatória da Anatel. Essa postura ficou clara mais uma vez no exercício de 2008, especialmente nas licitações, nas concessões de outorgas e nas análises das operações de transferência de controle societário. Nesse enfoque, a telefonia móvel simboliza de modo incontestado o sucesso da atuação da Anatel como fomentadora da competição no mercado brasileiro de telecomunicações, cenário em que a expansão do Serviço Móvel Pessoal tem se desenvolvido de modo a desconcentrar o mercado brasileiro.

Esse aumento da competição deveu-se ao estímulo promovido pela Agência, ao abrir horizontes para o ingresso de concorrentes no mercado da telefonia móvel, especialmente com as licitações das bandas D e E. Os estímulos prosseguiram com as recentes licitações das subfaixas de radiofrequências E, M e L, e de extensão em 900 MHz e 1800MHz, além da licitação de faixas a serem exploradas pelas tecnologias 3G. No conjunto, fatos que desencadearam tendência ainda maior de desconcentração, sobretudo no Estado de São Paulo, onde as operadoras Oi e Unicel começaram a atuar; na região Norte, com a entrada da prestadora Claro, e, na área Nordeste, com a chegada da operadora Vivo.

O mercado de telefonia móvel está cada vez mais competitivo, com benefícios positivos para os usuários. Nessa linha, prevê a Anatel que o recurso da portabilidade, quando integralmente implementado, em março de 2009, contribuirá para o fomento da competição, fortalecendo o direiro à opção

do usuário por melhores serviços, o que forçará as prestadoras a lançarem mais ofertas de planos de serviços a preços atrativos, a serem mais flexíveis e atentarem ainda mais para o quesito qualidade.



Qualidade – A busca pela melhoria da qualidade na prestação dos serviços de telecomunicações tem sido outra preocupação permanente da Anatel. Em 2008, a aprovação do novo regulamento do Serviço Móvel Pessoal trouxe consideráveis avanços em relação aos planos anteriores – de 2002 e 2003 – de metas de qualidade, com vários benefícios para o usuário. Com o novo regulamento, as operadoras foram obrigadas a oferecer créditos pré-pagos com validade de até 180 dias. Além disso,

- o prazo de carência deixou de existir para o Plano de Serviço, isto é, mudanças entre planos podem ser feitas a qualquer momento;
- as prestadoras foram obrigadas a manter pelo menos uma loja de atendimento para cada microrregião de 200 mil habitantes, e uma loja para cada microrregião de 100 mil habitantes;
- a prestadora só pode cobrar chamadas realizadas há mais de 60 dias após negociação com o usuário. Além disso, o usuário ganhou o direito da devolução em dobro, com juros e correção monetária, de valores cobrados indevidamente e pagos;
- as chamadas para serviços de emergência passaram a ser gratuitas;
- após receber um pedido de rescisão, a operadora ficou obrigada a, em até 12 horas, enviar ao usuário, por mensagem de texto, o número de protocolo de recebimento do pedido. Ficou também obrigada a desabilitar o serviço até 24 horas após o recebimento do pedido de rescisão.

SME – Serviço de telecomunicações terrestres de interesse coletivo, o Serviço Móvel Especializado utiliza sistema de radiocomunicação para a realização de operações do tipo despacho (controle de frotas de veículos, por exemplo) entre outros modos de telecomunicações. Em 2008, houve aumento da ordem de 38,6% na planta do SME, explorado no regime privado e de interesse coletivo, que evoluiu de 1,33 milhão de usuários, em 2007, para 1,84 milhão de usuários em 2008.

O mercado do SME está concentrado, com uma única empresa detentora de 98,6% de market share em 2008. No final do exercício, a Agência estudava a possibilidade de licitação no segmento do SME, em 2009, com o objetivo de fortalecer os participantes menores do mercado ou estimular a entrada de novos players.

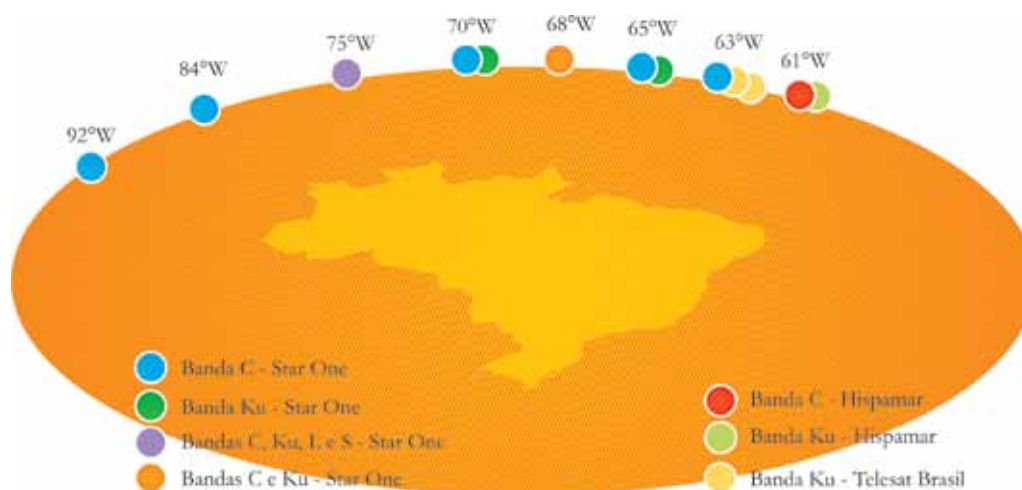
EXPLORAÇÃO DE SATÉLITES

O cenário de ocupação do arco orbital de interesse do Brasil é dinâmico e tem evoluído constantemente. Em 2008, foi finalizada a 3ª etapa da licitação nº 005/2006/SPV-Anatel, que conferiu mais um Direito de Exploração de Satélite Brasileiro, que agora somam 13, como é mostrado no quadro abaixo.

Direitos de Exploração de Satélite Brasileiro					
Exploradoras de Satélites	2004	2005	2006	2007	2008
Star One	7	7	7	9	9
Hispamar	2	2	2	2	2
Telesat Brasil	1	1	1	1	2
Total	10	10	10	12	13

O cenário atual dos Direitos de Exploração de Satélite Brasileiro conferidos pode também ser observado pela representação gráfica apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Direitos de Exploração de Satélites Brasileiros em 2008



Satélites geoestacionários – Em 2008, foi lançado novo satélite brasileiro, o Star One C2, que contribuiu para o aumento da oferta de capacidade espacial no Brasil tanto na banda C quanto na banda Ku. O quadro seguinte mostra a evolução do uso de satélites geoestacionários por empresas brasileiras nos últimos cinco anos.

Satélites geoestacionários brasileiros em operação					
Exploradoras de Satélites	2004	2005	2006	2007	2008
Star One	4	4	4	5	6
Hispamar	1	1	1	1	1
Telesat Brasil	1	1	1	1	1
Total	6	6	6	7	8

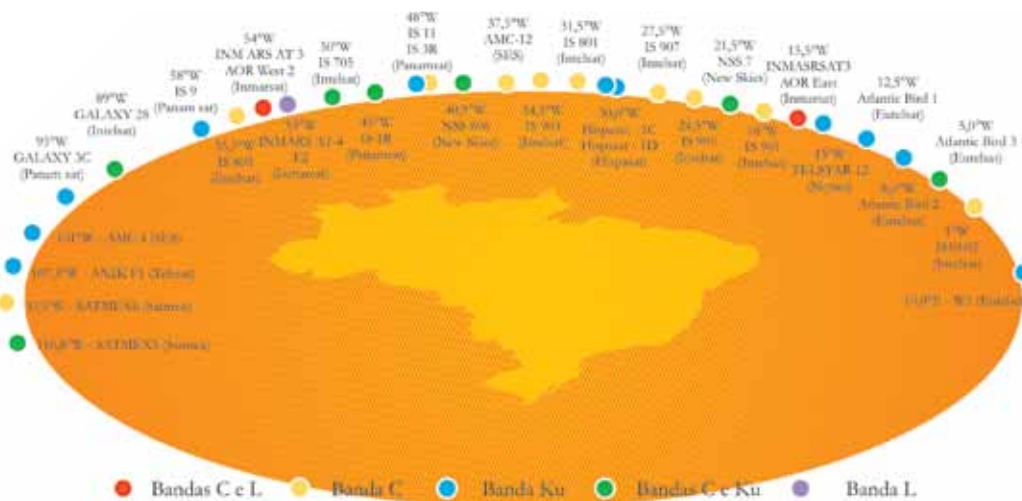
Válido registrar, nesse contexto, que ainda existem três Direitos de Exploração de Satélite Brasileiro a serem implementados, referentes às três etapas da licitação nº 005/2006/SPV-Anatel. Considerado o fato de que esses Direitos foram conferidos em 2007 e 2008, prevê-se que os satélites devem ser implementados nos próximos quatro anos.

Satélites não-geoestacionários – Ao final de 2008, o Brasil contava com quatro satélites não-geoestacionários para aplicações científicas de exploração da Terra e meteorológica. Dois deles de uso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e os outros dois resultado de uma parceria entre o INPE e instituições chinesas (Projeto CBERS). Esses satélites são responsáveis pela coleta de grande quantidade de informações que subsidiam estudos sobre fenômenos meteorológicos e geofísicos e são de fundamental importância para o desenvolvimento tecnológico e científico do País.

Satélites geoestacionários estrangeiros – Foram registradas na Anatel, em 2008, várias solicitações de faixas de frequências adicionais por parte de exploradoras de satélites estrangeiros, fato sinalizador do interesse dessas empresas em expandir cada vez mais sua atuação no Brasil. Apesar de dois satélites estrangeiros – o Nahuel-1 e o IS-6B – terem saído de operação em 2008, no período foram conferidos pela Anatel três novos Direitos de Exploração de Satélite Estrangeiro, que agora somam 31, ampliando a capacidade espacial disponível para utilização por prestadoras de serviços de telecomunicações no território brasileiro.

Esse grande número de satélites estrangeiros com capacidade sobre o Brasil mostra a importância do mercado brasileiro para os principais grupos econômicos internacionais e é relevante para a manutenção do cenário de competição hoje existente no País. A Figura 2 mostra o cenário de ocupação do arco orbital por satélites estrangeiros no final de 2008, autorizados a prover capacidade para as prestadoras de serviços de telecomunicações no território brasileiro.

Figura 2 – Satélites estrangeiros provendo capacidade sobre o Brasil em 2008



Satélites não-geoestacionários estrangeiros – Além das redes de satélites geoestacionários antes mencionadas, três outros sistemas de satélites não-geoestacionários operam no Brasil: Globalstar, Iridium e Orbcomm (Telespazio). Esses sistemas são comerciais e estão associados à prestação de Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS).

O Brasil, por sua extensão territorial e ocupação dispersa, é um mercado que ainda oferece grandes possibilidades operacionais para as comunicações via satélite, pelas excelentes soluções que oferecem para a prestação de serviços de telecomunicações em todo o território brasileiro, em áreas densamente povoadas ou em regiões remotas e de difícil acesso. Ademais, os serviços explorados por satélite possuem elevado nível de qualidade, uma das razões pelas quais os sinais de TV por assinatura transmitidos por satélite já são digitais há muito tempo.

Por fim, não parece demais comentar que, desde a sua criação, a Anatel tem estimulado o uso de satélites e a expansão da oferta de capacidade espacial para o mercado brasileiro, em um cenário de competição. A regulamentação para o segmento tem se preocupado com o uso eficiente dos recursos de órbita e espectro e em assegurar a competitividade, obtendo como um dos resultados positivos o preço do aluguel dos transponders dos satélites no Brasil relativamente baixo quando comparado a outros mercados, com múltiplos benefícios para os usuários de capacidade espacial no País

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

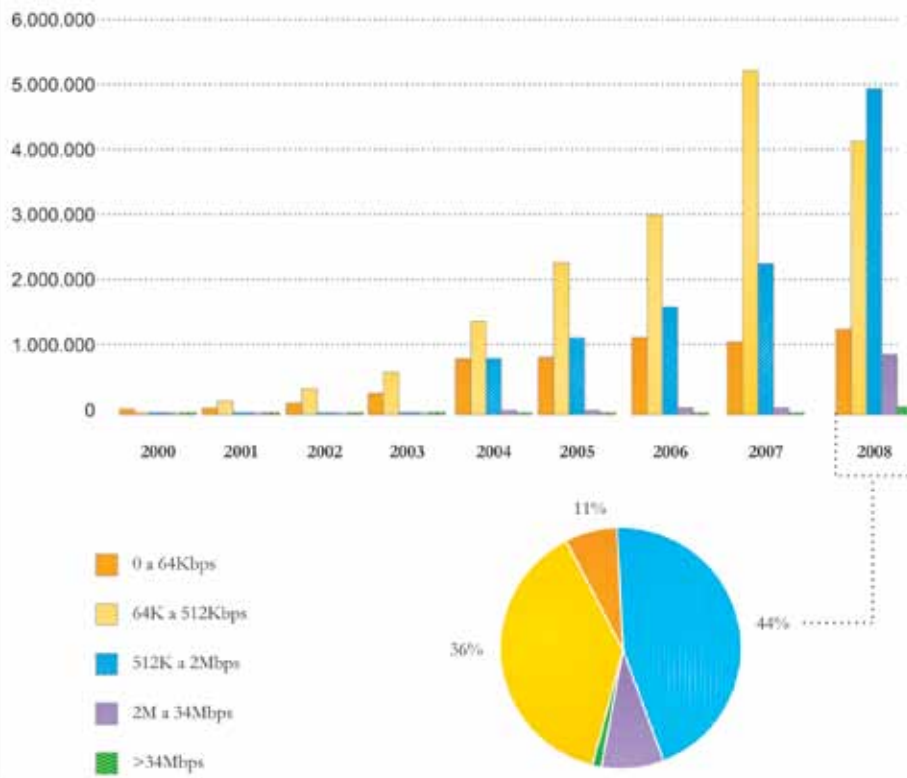
Definido como um serviço fixo de comunicações de interesse coletivo, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) é prestado em âmbito nacional e internacional no regime privado. Possibilita a oferta de capacidade de transmissão a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço, a emissão e a recepção de informações multimídia (sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outros sons, imagens e textos). O SCM não se confunde com o Serviço Telefônico Fixo Comutado, com os serviços de Comunicação Eletrônica de Massa, com o Serviço de Radiodifusão, com o Serviço de TV a Cabo, com o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou com o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

Criado em agosto de 2001 para viabilizar a convergência de serviços, o SCM tem como um de seus objetivos acompanhar o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações. Ao final de 2008, somava 1.204 autorizadas do serviço e 11,4 milhões de acessos fixos em banda larga – 2,7 milhões a mais que no final de 2007. O gráfico seguinte mostra a evolução dos acessos em banda larga em serviço desde 2000.

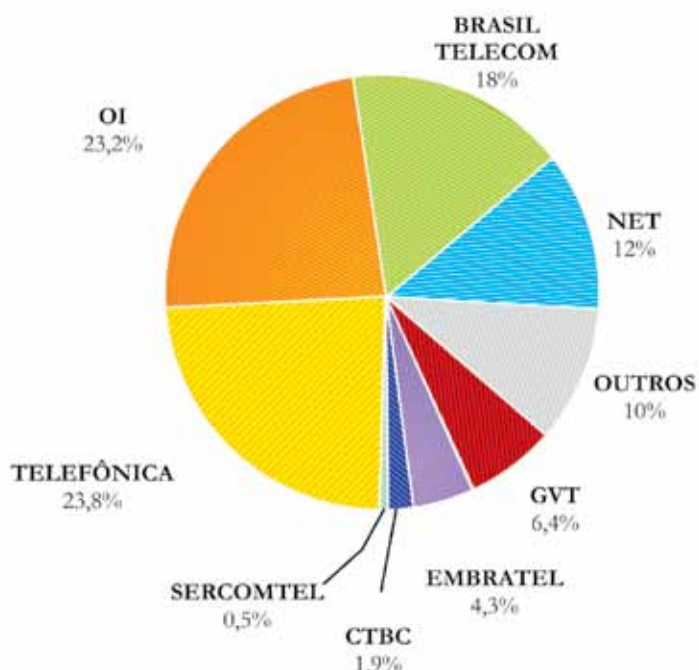


Embora esse crescimento tenha sofrido ligeira desaceleração, em 2008, gerada pela ampliação da competição com a diversificação da oferta de acessos em banda larga pelas prestadoras de TV por Assinatura e pelo início da oferta dos acessos 3G do SMP, a taxa de evolução do segmento não desapontou. A evolução da competição no serviço e da distribuição de acessos por velocidade está apresentada nos gráficos a seguir:

Distribuição de Acessos por Velocidade



Market Share Acessos



Banda larga nas escolas – Teve sequência, em 2008, a implementação do projeto Banda Larga nas Escolas Públicas urbanas, viabilizado a partir da combinação de esforços da Presidência da República, Casa Civil, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério das Comunicações e Anatel juntamente com as autorizadas do Serviço de Comunicação Multimídia Telecomunicações de São Paulo S/A - Telesp, Telemar Norte Leste S/A, Brasil Telecom S/A, Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC) e Sercomtel Telecomunicações S/A.

De acordo com dados do Ministério da Educação, a estimativa é de que 37,1 milhões de alunos – 86% dos estudantes brasileiros, sejam beneficiados.

O lançamento oficial do Projeto ocorreu no dia 8 de abril de 2008, quando as autorizadas firmaram com a Anatel o Termo Aditivo aos Termos de Autorizações do Serviço de Comunicações Multimídia, fixando prazo, obrigações e estipulando padrões de qualidade para a conexão das escolas públicas urbanas à Internet, rede mundial de computadores. Tal iniciativa se traduz em grande impulso para promover a qualidade do ensino público no País, pois o projeto prevê a conexão da totalidade das escolas públicas urbanas até dezembro de 2010.

O projeto Banda larga nas escolas caracteriza-se como um programa de inclusão digital, com o objetivo de levar a Internet em banda larga a mais de 56 mil escolas públicas urbanas do País, encontrando-se, no final de 2008, com 17.861 escolas urbanas conectadas, cuja velocidade é igual ou superior a 1 Mbps. A partir de 2010, a velocidade de conexão será obrigatoriamente ampliada para 2 Mbps.

UNIVERSALIZAÇÃO

Em 2007, a telefonia fixa estava presente em 35,8 mil localidades e beneficiava 159,2 milhões de pessoas de uma população de 190,3 milhões de brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2008, as localidades atendidas somavam 36,9 mil e, dos 189,6 milhões de habitantes do País, 158,5 milhões podiam desfrutar uma das duas modalidades da telefonia fixa: 20,9 mil localidades eram atendidas apenas por acessos coletivos – Telefone de Uso Público (orelhão) e 16 mil por acessos individuais e coletivos, cobrindo todos os 5.564 municípios brasileiros. Ademais, atendia:

- com 267 Telefones de Uso Público (TUPs) e cem acessos individuais, 230 aldeias indígenas, beneficiando contingente de 67,7 mil pessoas;
- com 685 TUPs e 753 acessos individuais, a 548 assentamentos rurais, contemplando população de 389,8 mil pessoas;
- com 8 TUPs, oito arquipélagos nos territórios do Espírito Santo, do Pará, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul, do Amazonas e do Mato Grosso do Sul, atendendo 2.648 pessoas;

- com 83 TUPs, a 83 núcleos habitacionais localizados em áreas remotas nos estados do Acre, do Amazonas, da Bahia, do Maranhão, do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, do Piauí, de Rondônia, de Roraima e de Tocantins, beneficiando 12,4 mil pessoas;
- com 14 TUPs, a 14 localidades situadas em zonas fronteiriças dos estados de Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Mato Grosso, beneficiando contingente de 9,1 mil pessoas.

Essa abrangência foi possível porque, no final de 2008, o Brasil contava, além da planta de 34,6 milhões de acessos fixos em operação, com uma planta de 1,1 milhão de Telefones de Uso Público também operativos. Essa evolução, mostrada no gráfico abaixo, foi um dos principais instrumentos que deu voz a milhares de brasileiros, entre outros benefícios proporcionados pelos programas de metas de universalização.



Nesse cenário, há que se acrescentar outro aspecto importante: do total de 1,1 milhão de TUPs, 21,7 mil são adaptados para pessoas com deficiência de locomoção (cadeirantes) e outros 3,5 mil para pessoas com deficiências auditiva e da fala. Em 2006, os TUPs adaptados somavam 21,6 mil e 2,3 mil, respectivamente. A propósito dos aparelhos adaptados, estabelece o PGMU que é obrigação das concessionárias assegurar, nas localidades com mais de 300 habitantes e atendidas por acesso individual, que pelo menos 2% dos acessos coletivos sejam adaptados, sob demanda, para cada tipo de necessidade especial.

As concessionárias têm até sete dias para realizar esse atendimento. Outro benefício garantido pelo Plano Geral de Metas para a Universalização é a Central de Intermediação da Comunicação Surdo/Ouvinte. Trata-se da obrigação que tem toda concessionária de telefonia fixa de manter uma

central de atendimento pelo número 142, para intermediar chamadas de pessoas com deficiência da fala ou da audição.

Até dezembro de 2008, 94 instituições assinaram ‘Termo de Adesão’ para participar do Plano de Metas para Universalização de Serviços de Telecomunicações em Instituições de Assistência a Pessoas com Deficiência Auditiva (PMU-I), desenvolvido com uso de recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações. Novas instituições poderão ser atendidas a partir do encaminhamento de solicitação à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

Aprovado pelo Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, o PMU-I é uma das iniciativas do Governo Federal para a universalização dos serviços de telecomunicações, competindo à Anatel sua operacionalização, em conformidade com o que prevê a Lei que instituiu o Fundo e a Resolução Anatel 269, de 9 de julho de 2001.

Com a implementação desse Plano são beneficiadas instituições devidamente cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde), da Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República, e que tenham assinado o Termo de Adesão. As instituições que aderiram ao Plano receberam instalação gratuita de uma linha telefônica em sua sede; fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos que permitem o uso do telefone fixo pelas pessoas com deficiência auditiva; e isenção mensal do valor da assinatura básica, que inclui a utilização de uma franquia de minutos em chamadas locais. As chamadas que ultrapassam a franquia são pagas pela instituição.

PSTs x backhauls – Foi publicado em abril de 2008 o Decreto 6.424, que alterou o Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), determinando que as concessionárias substituíssem a instalação de Postos de Serviços de Telecomunicações (PSTs) urbanos por infovias em banda larga (*backhaul*). Até dezembro de 2010, a banda larga chegará a mais 3,4 mil municípios que ainda não dispõem dessa infraestrutura. A medida visa ampliar e acelerar os programas governamentais de inclusão digital. As concessionárias continuaram compromissadas em instalar os PSTs nas Unidades de Atendimento de Cooperativas localizadas na zona rural, que deverão contar com pelo menos um TUP e um Terminal de Acesso Público, nova modalidade de provimento que permitirá ao público em geral usar o serviço de telefonia e se conectar à Internet.

Segundo o Decreto nº 6.424/2008, as concessionárias de telefonia fixa devem instalar backhaul nas sedes dos municípios de suas respectivas áreas geográficas de atuação. A capacidade mínima de transmissão do backhaul deverá considerar a população do respectivo município, observando as seguintes disposições:

- em municípios de até 20.000 habitantes, capacidade mínima de 8 Mbps nas respectivas sedes;
- em municípios entre 20.001 e 40.000 habitantes, capacidade mínima de 16 Mbps nas respectivas sedes;

- em municípios entre 40.001 e 60.000 habitantes, capacidade mínima de 32 Mbps nas respectivas sedes; e
- em municípios com mais de 60.000 habitantes, capacidade mínima de 64 Mbps nas respectivas sedes.

A implementação de backhaul seguirá o seguinte cronograma:

- 40% das sedes dos municípios, até 31 de dezembro de 2008;
- 80% das sedes dos municípios, até 31 de dezembro 2009; e
- 100% das sedes dos municípios, até 31 de dezembro 2010.

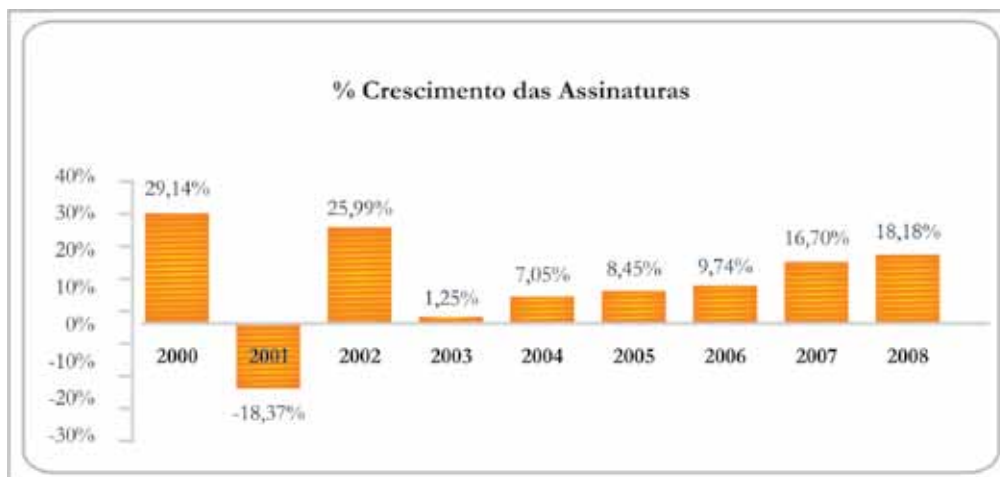
Por meio dessa troca de metas, será ultrapassada a primeira das barreiras para o acesso a redes em banda larga: a ausência, em 3.439 municípios brasileiros, de infraestrutura de ligação com o backbone Internet.

Recursos do Fust – Criado pela Lei nº 9.998/2000 com o objetivo de promover a universalização de serviços de telecomunicações, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações tem a arrecadação de seus recursos gerenciada pela Anatel. A Lei do Fust, como ficou conhecida, é marco normativo norteador da política de universalização de telecomunicações pretendida pela Administração brasileira. Esse Fundo, que em 2008 arrecadou R\$ 1,4 bilhão, no final do ano acumulava recursos da ordem de R\$ 7,2 bilhões.

COMUNICAÇÃO DE MASSA

Neste enfoque são destacados os principais fatos de 2008 relacionados com os serviços de comunicação eletrônica de massa, de interesse coletivo e prestados em regime privado, que incluem as diferentes modalidades de TV por Assinatura e os aspectos técnicos correlatos à radiodifusão, excetuando-se, neste caso, as outorgas, atribuição exclusiva do Ministério das Comunicações, como define a Lei Geral de Telecomunicações.

TV por Assinatura – Com a expansão da oferta de múltiplos serviços (triple-play) e, principalmente, com o incremento da oferta de serviços que usam banda larga, as empresas de TV por Assinatura alcançaram, em 2008, 6,3 milhões de assinantes (veja evolução no gráfico), que significaram crescimento de cerca de 18,2% em relação a 2007. Foi o maior crescimento registrado no decênio, confirmando tendência evolutiva experimentada pelo setor nos últimos quatro anos. No final de 2008, a Anatel registrava a concessão de 387 outorgas para a exploração dos serviços de TV por Assinatura, assim distribuídas: TV a Cabo (266), MMDS (82), DTH (14) e TVA (25).



Os quadros apontam a distribuição de assinantes por tecnologia e por região.

Assinaturas por Tecnologia		
Serviço	Assinaturas	%
TV a Cabo	3.810.719	62,40
MMDS	396.600	4,08
DTH	2.091.469	33,50
TVA	22.064	0,02
Total	6.320.852	100,00

Assinaturas por Região		
Região	Assinaturas	%
Sudeste	4.205.912	66,54
Sul	1.044.812	16,53
Nordeste	518.048	8,20
Centro-Oeste	386.848	6,12
Norte	165.232	2,61

No final de 2008, o estado com maior densidade no serviço de TV por Assinatura era o Distrito Federal (25,2%) e, o de menor densidade, o Tocantins (1,7%).

Qualidade – Em 2008, as prestadoras cumpriram 67,2% das metas estabelecidas pelo Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de TV por Assinatura (quadro abaixo), praticamente, o mesmo percentual obtido em 2007. Considerando que, até meados de 2007, as metas do Plano eram mais brandas, pode-se depreender que houve avanço no desempenho das prestadoras do setor no tocante à qualidade.

Desempenho das Prestadoras no Cumprimento das metas do PGMQ – TV por Assinatura						
Critério	1º Semestre Quantidade	%	2º Semestre Quantidade	%	2008	
					Quantidade	%
Cumpriu	27.846	66,5	28.782	68,0	56.628	67,2%
Não Cumpriu	8.605	20,5	7.469	17,6	16.074	19,1%
Outros*	5.445	13,0	6.075	14,4	11.520	13,7%
TOTAL	41.896	100,0	42.326	100,0	84.222	100,0%

Referência: No critério “Outros” estão incluídos o “Não envio” de informação, “Erros” do sistema, prestadoras “Sem assinantes” e informação “Não-disponível”.

As prestadoras de serviços de TV por Assinatura apresentaram melhor desempenho nas metas de continuidade do serviço, representadas pelo Índice de Interrupções Solucionadas (IITS), com percentual de 91% de cumprimento da meta regulamentar. Os indicadores que medem a qualidade do atendimento pessoal – Índice de Atendimento Pessoal (IAP), com 84% e o atendimento via correspondência – Índice de Correspondências Respondidas (ICR), com 89% de metas cumpridas, também refletiram melhorias no desempenho das prestadoras de TV por Assinatura. Em relação ao Índice de Instalação do Serviço, as prestadoras cumpriram a meta em 83% dos casos, instalando o serviço solicitado no prazo acordado com o assinante.

Constitui exceção o Índice de Ligações Atendidas (ILA). Ele estabelece que, depois de solicitada a intervenção de telefonistas, o tempo de espera não deve ser superior a 20 segundos em 95% dos casos. Apenas 27% das prestadoras cumpriram a meta no Período de Maior Movimento noturno, enquanto que 30% delas cumpriram a meta para o período diurno.

Controle de obrigações – As metas do Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de TV por Assinatura (PGMQ – TV), de 2005, foram modificadas e tornadas mais rigorosas desde julho de 2007. Esse Plano tem quatro classes de metas para indicadores: metas de qualidade do serviço, metas de atendimento, metas de emissão de documento de cobrança e metas de continuidade do serviço.

Em 2008, foram tratadas 47,8 mil reclamações referentes aos serviços de TV por Assinatura, registradas em sistema da Anatel. Foi dada maior ênfase às infrações que atingem de maneira difusa os assinantes, como no caso da proibição do repasse dos custos para emissão de boleto bancário. Além disso, foram realizadas, ao longo do ano, reuniões com prestadoras dos serviços de TV por Assinatura, com o propósito de diminuir e prevenir práticas infracionais.

Merece destaque também a atuação da Anatel na análise de denúncias de furto de sinal e de fraudes contra empresas prestadoras de serviços de TV por Assinatura, comercialização do serviço sem licença de funcionamento e prestação dos serviços sem codificação dos sinais. No que se refere ao

acompanhamento de obrigações contratuais, foram solicitadas 58 novas ações de fiscalização no ano de 2008, que, somadas às remanescentes de 2007, totalizaram 196 demandas para o acompanhamento de obrigações. Desse total, foram concluídas, até dezembro de 2008, 156, resultando em 105 autos de infração, dos quais 87 já se transformaram em Procedimentos para Apuração de Descumprimentos de Obrigações.

Em 2008, a Anatel instruiu 14 pedidos de anuência prévia para transferência de outorga e/ou de controle societário e analisou cinco atos de concentração.

Radiodifusão – O ano de 2008 marcou a conclusão do planejamento da canalização necessária para a implementação da TV digital em todas as capitais do País e o início de sua interiorização. Dessa forma, foi possível definir os canais digitais que parearão os canais analógicos e possibilitarão o início das transmissões da televisão digital nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Cuiabá e Campinas. Ressalta-se que Campinas, a primeira cidade localizada no interior a iniciar suas transmissões, é resultado do intenso trabalho iniciado em 2007, pela Agência, no sentido da reorganização do espectro radioelétrico ocupado, principalmente, pelas estações retransmissoras de televisão que operam com tecnologia analógica, de forma a assegurar canalização suficiente para que cada uma delas venha a ter o seu par digital, possibilitando assim que a nova tecnologia esteja ao alcance também da população interiorana.

No tocante à implantação do Rádio Digital no Brasil, a Anatel vem acompanhando a realização dos testes. Até dezembro de 2008, foram entregues seis relatórios: um sobre o Sistema IBOC de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, três sobre o Sistema IBOC de Radiodifusão Sonora em Onda Média, um sobre o Sistema DRM, também nessa faixa, e um ao Sistema DRM em Ondas Curtas, na faixa de 26 MHz. Referidos relatórios estão disponíveis no portal da Anatel na Internet.

A Agência também acompanhou parte dos testes de campo do Sistema IBOC realizados pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, de São Paulo, por iniciativa da Associação Brasileira de Radio e Televisão (ABERT), que envolveu emissoras operando em FM nas cidades de São Paulo e Ribeirão Preto (SP), emissoras operando em AM na cidades de São Paulo e Belo Horizonte e, ainda, uma estação experimental do Serviço de Radiodifusão Comunitária, instalada na localidade de Cordeirópolis (SP).

Planos de canalização – Ao longo de 2007, a Agência analisou 498 processos de alteração de planos básicos de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em paralelo, e com vistas a dar sempre maior celeridade à gestão dos planos básicos de radiodifusão, foi aprimorado o Sistema de Informações Geográficas da Anatel, disponível no portal da Agência na Internet. Esse sistema, que veio atender antiga demanda dos radiodifusores, permite que o cálculo da viabilidade técnica de canais de TV analógica e digital e rádio FM seja feito diretamente pelo interessado, gerando padronização e maior transparência nas análises dos estudos técnicos apresentados. Além disso, constitui ferramenta valiosa na definição da canalização necessária à introdução da TV Digital no Brasil.

Os trabalhos desenvolvidos na promoção do uso racional do espectro de radiofrequências utilizado pelos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e de seus serviços ancilares e auxiliares, resultaram na expedição, em 2008, de 735 atos de autorização para uso de radiofrequências. O quadro mostra a evolução dos serviços de radiodifusão entre 2006 a 2008.

Tipo	Em 2006	Em 2007	Em 2008
Radiodifusão	7.661	8.172	8.499
FM (Frequência Modulada)	2.599	2.678	2.732
OM (Ondas Médias)	1.710	1.718	1.749
OT (Ondas Tropicais)	75	75	74
OC (Ondas Curtas)	66	66	66
TV (Televisão)	478	481	492
Rádios comunitárias	2.733	3.154	3.386
Ancilares	12.319	12.399	12.450
RTV (Retransmissão de TV)	9.897	9.993	10.044
RPTV (Repetição de TV)	2.422	2.406	2.406
Auxiliares - SARC	6.829	6.632	6.882

Dados acumulados no período



SÉRIE HISTÓRICA



SÉRIE HISTÓRICA

Apresentamos, a seguir, a série histórica que reproduz a evolução do setor de telecomunicações no Brasil entre os anos de 1972 e 2008. A tabela mostra em números esse período e permite a avaliação da expansão setorial e dos principais serviços: Serviço Telefônico Fixo Comutado; Telefones de Uso Público (TUPs ou "orelhões"); Serviço Móvel; TV por Assinatura; Serviços de Radiodifusão e Comunicação Multimídia.

DADOS RETROSPECTIVOS

INDICADORES	UNIDADE	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
EXPANSÃO DO SETOR																																							
TOTAL DE TELEFONES	milhões	1,3	1,5	1,7	1,9	2,4	2,9	3,7	4,2	4,8	5,3	5,7	6,2	6,7	7,2	7,4	7,9	8,4	8,8	9,4	10,1	10,8	11,6	13,1	14,7	17,5	21,5	27,4	40,0	54,1	66,1	73,7	85,5	105,2	126,0	138,7	160,4	191,7	
DENSIDADE TOTAL DE TELEFONES	telefones total / 100 habitantes	1,3	1,5	1,6	1,8	2,2	2,6	3,2	3,5	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5	5,5	5,8	6,0	6,2	6,5	6,9	7,2	7,5	8,5	9,4	11,0	13,4	16,8	24,2	32,4	39,0	42,9	48,3	58,7	68,1	73,9	84,3	99,4	
SERVIÇO TELEFONICO FIXO COMUTADO USO INDIVIDUAL (STFC)																																							
ACESSO FIXO INSTALADO	milhões	1,5	1,7	1,9	2,3	3,0	3,7	4,7	5,0	5,5	5,8	6,4	6,8	7,3	7,6	8,1	8,5	9,1	9,7	10,3	10,8	11,7	12,4	13,3	14,6	16,5	18,8	22,1	27,8	38,3	47,8	49,2	49,8	50,0	50,5	51,2	52,7	61,0	
DENSIDADE TELEFÔNICA INSTALADA	acesso instalado / 100 habitantes	1,5	1,7	1,8	2,1	2,7	3,3	4,0	4,2	4,6	4,8	5,2	5,4	5,6	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,1	7,3	7,8	8,2	8,6	9,3	10,4	11,7	13,6	16,8	23,1	28,2	28,7	28,2	27,9	27,3	27,3	27,7	31,6	
ACESSO FIXO EM SERVIÇO	milhões acesso serviço / 100 habitantes	1,3	1,5	1,7	1,9	2,4	2,9	3,7	4,2	4,8	5,3	5,7	6,2	6,7	7,2	7,4	7,9	8,4	8,8	9,4	10,1	10,8	11,5	12,3	13,3	14,8	17,0	20,0	25,0	30,9	37,4	38,8	39,2	39,6	39,8	38,8	39,4	41,1	
DENSIDADE TELEFÔNICA EM SERVIÇO		1,3	1,5	1,6	1,8	2,2	2,6	3,2	3,5	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2	5,5	5,5	5,8	6,0	6,2	6,5	6,9	7,2	7,6	8,0	8,5	9,4	10,6	12,4	15,1	18,6	22,1	22,6	22,2	22,1	21,5	20,7	20,7	21,3	
TAXA DE DIGITALIZAÇÃO DA REDE LOCAL	%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,9	35,5	45,8	56,1	67,8	73,2	84,6	92,5	97,2	98,3	98,7	99,4	99,9	99,9	99,9	99,9	
SERVIÇO TELEFONICO FIXO COMUTADO USO PUBLICO (STFC - TUP)																																							
TELEFONE DE USO PÚBLICO	mil	10,5	13,8	14,0	18,7	24,7	29,7	38,5	46,0	53,6	60,7	69,6	77,7	94,3	106,2	149,7	181,3	209,9	230,7	239,8	233,3	258,2	278,2	342,6	367,0	428,4	520,5	589,1	740,0	909,5	1.378,7	1.368,2	1.327,3	1.316,6	1.274,0	1.132,8	1.142,0	1.131,1	
DENSIDADE TELEFONE DE USO PÚBLICO	telefones / 1000 habitantes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,8	1,1	1,3	1,5	1,6	1,7	1,6	1,7	1,8	2,2	2,3	2,7	3,2	3,6	4,5	5,5	8,1	8,0	7,5	7,3	6,9	6,0	6,0	5,9	
SERVIÇO MÓVEL																																							
ACESSO MÓVEL CELULAR	mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,7	6,7	31,7	191,4	755,2	1.416,5	2.744,5	4.550,2	7.368,2	15.032,7	23.188,2	28.745,8	33.188,2	3.377,3	-	-	-	-	-	
ACESSO MÓVEL PESSOAL (SMP)	milhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,7	43,0	65,6	86,2	99,9	120,9	150,6	
DENSIDADE ACESSO MÓVEL PESSOAL	acesso / 100 habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0,9	1,7	2,8	4,5	9,1	14,0	17,0	20,3	26,2	36,6	46,6	53,2	63,6	78,1	
SERVIÇO MÓVEL ESPECIALIZADO																																							
ACESSO MÓVEL ESPECIALIZADO (SME)	mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,1	150,9	267,9	493,5	591,5	439,9	441,3	439,8	681,2	927,5	1.330,5	1.844,3
DENSIDADE ACESSO MÓVEL ESPECIALIZADO	acesso / 1000 habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,9	1,6	3,0	3,5	2,6	2,6	2,5	3,9	4,9	7,0	9,6
COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA																																							
ACESSO FIXO EM SERVIÇO (SCM)	mil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122,5	360,2	587,2	966,3	3.157,5	4.363,8	5.921,9	8.711,3	11.401,9	
DENSIDADE ACESSO FIXO EM SERVIÇO	acesso / 1000 habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,7	2,1	3,4	5,5	17,6	23,6	31,6	45,8	59,1		
TELEVISÃO POR ASSINATURA																																							
SERVIÇO DE TELEVISÃO POR ASSINATURA	mil assinaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400,0	1.000,0	1.842,6	2.455,2	2.575,5	2.799,6	3.426,2	3.607,0	3.553,8	3.596,3	3.851,1	4.176,4	4.579,4	5.348,6	6.320,9	
DENSIDADE SERVIÇO TV POR ASSINATURA	assinaturas / 100 domicílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,1	2,6	4,7	6,0	6,2	6,5	7,7	8,0	7,7	7,6	7,9	8,3	8,9	10,2	11,7	
RADIODIFUSÃO																																							
GERADORES DE TV	estação	ND	ND	ND	ND	ND	ND	113	118	119	126	129	133	141	162	180	192	235	235	238	255	257	257	257	257	259	259	259	266	274	366	427	441	449	462	478	481	492	
RETRANSMISSORA DE TV		ND	ND	ND	ND	ND	ND	300	369	1.640	1.670	1.773	4.656	4.964	5.177	5.434	5.530	5.590	5.760	5.797	5.997	6.142	6.216	6.462	6.755	7.749	7.945	7.986	8.427	8.677	8.841	9.638	9.787	9.878	9.816	9.897	9.993	10.044	
RÁDIOS FM		ND	ND	ND	ND	ND	ND	225	266	320	369	413	459	511	591	675	816	1.144	1.135	1.140	1.235	1.247	1.247	1.247	1.265	1.285	1.290	1.291	1.297	1.345	1.622	2.025	2.149	2.223	2.320	2.600	2.678	2.732	
RÁDIOS OM		ND	ND	ND	ND	ND	ND	970	1.009	1.040	1.089	1.160	1.187	1.214	1.274	1.312	1.362	1.528	1.529	1.532	1.563	1.571	1.571	1.573	1.575	1.576	1.576	1.576	1.578	1.588	1.632	1.682	1.697	1.707	1.708	1.711	1.718	1.749	
RÁDIOS OC		ND	ND	ND	ND	ND	ND	35	39	39	39	37	37	35	33	30	30	33	33	33	33	33	33	32	32	35	64	64	65	64	64	62	66	66	66	66	66	66	
RÁDIOS OT		ND	ND	ND	ND	ND	ND	105	105	104	99	98	94	90	88	85	82	84	85	83	83	83	83	82	82	80	80	80	80	80	78	76	75	75	75	75	75	75	74
RÁDIOS COMUNITÁRIAS		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	980	1.625	1.932	2.207	2.443	2.734	3.154	3.386		